

THIAGO SANDRINI MANSUR

**PROBLEMATIZANDO EXPERIÊNCIAS DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA:
INDAGAÇÕES E ANÁLISES**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Institucional. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional. Universidade Federal do Espírito Santo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Leila A. Domingues Machado

**VITÓRIA
2009**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M289p Mansur, Thiago Sandrini, 1979-
Problematizando experiências de vítimas de violência :
indagações e análises / Thiago Sandrini Mansur. – 2009.
104 f.

Orientadora: Leila Aparecida Domingues Machado.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Violência. 2. Vitimologia. 3. Direitos humanos. I. Machado,
Leila Aparecida Domingues. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

THIAGO SANDRINI MANSUR

**PROBLEMATIZANDO EXPERIÊNCIAS DE VÍTIMAS DE
VIOLÊNCIA: INDAGAÇÕES E ANÁLISES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em 27 de agosto de 2009.

Comissão Examinadora

Profª Drª Leila Aparecida Domingues Machado
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Profª Drª Gilead Marchezi Tavares
Universidade Federal do Espírito Santo

Profª Drª Cecília M. Bouças Coimbra
Universidade Federal Fluminense

[...]

*E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).
Somos muitos Severinos
iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar
terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar
algum roçado da cinza.*

[...]

*(MELO NETO, João Cabral de.
Morte e vida severina e outros
poemas em voz alta. José Olympio:
1978, p. 74-75)*

AGRADECIMENTOS

À Leila A. Domingues Machado, que orientou este trabalho, por ter sempre acreditado no meu potencial e me incentivado nos momentos mais difíceis.

À Cecília Coimbra e Gilead Marchezi Tavares, pelas inestimáveis contribuições.

Aos meus pais, Higner Mansur e Irene Maria Sandrini Mansur, e aos meus irmãos, Clarissa e Helder, pelo carinho e apoio, mesmo que a distância.

À Roberta Santos Michalsky, pelo amor, paciência e companheirismo incondicional, que não podem ser traduzidos em palavras.

Ao meu amigo Fábio Hebert Silva, por nossas conversas sempre produtivas.

A todos do Centro de Apoio aos Direitos Humanos “Valdício Barbosa dos Santos (Léo)”, pela gentileza de autorizarem a realização da pesquisa documental.

Às minhas amigas Adriana A. Oliveira Bazani, Ana Cristina “Kiki” Givigi e Hérica Almeida Nogueira, sem as quais esta pesquisa não poderia ter sido realizada.

Às entrevistadas, por compartilharem alegrias e tristezas.

RESUMO

Em geral, as reflexões sobre as pessoas que sofrem algum tipo de violência foram, por muito tempo, negligenciadas pelas sociedades em todo o mundo. Isso se torna ainda mais enfático no que diz respeito aos segmentos menos favorecidos da sociedade. No Brasil, este cenário foi se modificando lentamente ao longo do século XX, ganhando novos contornos por meio das experiências dos movimentos de defesa dos direitos humanos, principalmente, a partir do período de contestação à ditadura militar. Num período mais recente de nossa história, o surgimento de centros de apoio às vítimas de violência pode ser considerado como uma maneira de colocar em análise as diversas formas de manifestação da violência, embora tais estabelecimentos não sejam os únicos, nem os primeiros a fazerem isso. Os centros de apoio se tornaram locais não somente para que as vítimas de violência recebessem atendimento, mas, sobretudo, para que se incitasse a luta pela responsabilização de seus algozes e a criação de novos paradigmas para uma cultura de paz e não-violência. Tendo em vista este cenário, objetivamos problematizar as experiências de pessoas que foram atingidas pela violência, residentes na Região Metropolitana da Grande Vitória. Problematizar uma experiência significa se perguntar como um conjunto de práticas discursivas e não discursivas – que antes era aceito em uma sociedade sem questionamentos e tido como familiar e natural – se torna um motivo de preocupação, incitando discussões, polemizando debates, suscitando mudanças de comportamento e instigando novos hábitos. Foram realizadas atividades em grupo, nas quais problematizamos as experiências de mães que tiveram seus filhos violentados por agentes do Estado, quando em cumprimento de medida sócio-educativa de privação de liberdade. Além disso, também realizamos entrevistas de restituição nas quais as mães puderam avaliar as experiências em grupo, bem como discutir os resultados e as conclusões da pesquisa. Como resultado, podemos evidenciar que muitas das pessoas atingidas pela violência, embora sob esse forte impacto, apostaram – e ainda apostam – em afirmar a vida, ao invés de se colocarem no lugar de resignação, que muitas vezes é destinado às vítimas. Percebemos que conhecer e compartilhar as experiências dessas pessoas pode contribuir para a discussão acadêmica do problema e para a transformação de alguns dos efeitos deletérios da violência.

Palavras-chave: Violência. Vítima. Experiência.

ABSTRACT

In general, reflections over people that suffer some kind of violence have been neglected for a long time by societies all over the world. This became more emphasized within less favored portions of the society. This scenario has been slowly modifying itself in Brazil throughout the 20th century, added by new experiences provided by human rights movements, starting from the end of military dictatorship era. In a more recent timeframe in our history, the creation of violence victim's support centers could be considered as a way to study the many forms of violence, however those centers are not the only ones and not the first to do it. Those centers have become a place not only for "victims" of violence attendance, but also to start a discussion for a non-violent and peaceful culture. With that scenario set up, the objective was to focus on violence victims on the Grande Vitória area. That means ask yourself how some practices – mostly accepted without questioning, as a regular and common or cultural practice – become real preoccupations, raising debates and behavior change. Some group activities were experienced with mothers which sons have been exposed to State agents, during social-educational correction time. There were also feedback interviews with those mothers, who could evaluate the group experience, as well as discuss the research's effectiveness and results. This research resulted in life affirmation, although people continue to suffer the effects of violence – instead of not fighting back. It was felt that knowing and sharing the experiences of these people can contribute to the academic discussion of the problem and the transformation of some of the deleterious effects of violence.

Keywords: violence, victim, experience.

Lista de Siglas

CADH – Centro de Apoio aos Direitos Humanos “Valdício Barbosa dos Santos (Léo)”

CEAV – Centro de Atendimento a Vítimas de Violência

CEDH – Conselho Estadual de Direitos Humanos

CEPET – Comitê Estadual Permanente de Erradicação da Tortura, Tratamentos Cruéis e Degradantes

CRAVI – Centro de Referência e Apoio a Vítimas

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

IASES – Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo

MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos

MP-ES – Ministério Público Estadual

NAV-CV – Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes de Violência

PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos

Pro-CEVIC – Programa Catarinense de Atendimento à Vítima de Violência

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SEJUS – Secretaria de Estado de Justiça

SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Sumário

1. Apresentação.....	10
2. Compreendendo os novos paradigmas da violência na contemporaneidade.....	14
2.1 A violência no Brasil contemporâneo.....	19
2.2 A violência no Espírito Santo.....	24
2.3 Ensaçando uma definição provisória de violência.....	27
3. A emergência dos Centros de Apoio às Vítimas de Violência.....	35
3.1 Descrevendo seu funcionamento.....	42
4. Sobre a experiência.....	44
4.1 Campos de saber.....	46
4.2 Tipos de normatividade.....	52
4.3 Formas de subjetividade.....	58
5. Metodologia ou “Intensidades que pedem passagem”.....	62
6. Problematizando algumas experiências de “vítimas” de violência.....	68
6.1 Informações sócio-familiares.....	70
6.2 Os encontros em grupo com as mães.....	72
6.2.1 O CEAV fecha as portas.....	87
6.3 As entrevistas de devolução.....	91
7. Concluindo: a questão da “vítima” e a “vítima” em questão.....	94
8. Referências Bibliográficas.....	98

1. Apresentação

A sensibilidade em relação ao que se passa com as pessoas atingidas pela violência é uma característica recente na história mundial. Embora o assunto já fosse falado no final do século XIX, a discussão intensificou-se com os episódios de destruição em massa ocorridos nas duas Grandes Guerras, quando toda a população do planeta passou a correr riscos de ser exposta às catástrofes químicas e nucleares.

No Brasil, o debate sobre a questão da violência ganhou relevo durante o período do regime militar (1964 – 1985), quando diversos movimentos sociais denunciavam não somente as torturas e assassinatos cometidos contra os opositores políticos da ditadura, como também as mazelas sofridas pelas populações nas periferias das grandes cidades.

Ao fim da ditadura militar, percebe-se, ainda, a perpetuação e a sofisticação da violência institucionalizada¹ pelo Estado, principalmente contra a parcela mais pobre da população. Isto se torna mais significativo no que diz respeito à situação dos estabelecimentos de privação de liberdade – sejam os destinados aos adultos sejam os destinados aos adolescentes “em conflito com a lei²” – onde são notórias as denúncias de torturas e maus-tratos.

Além dessas questões já colocadas, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, também houve um aumento considerável no número de casos de criminalidade violenta, com ênfase nos homicídios³, fato que se tornou uma das principais justificativas para a perpetuação – quando não o recrudescimento – das ações repressivas por parte do Estado.

¹Violência institucionalizada é a violência do Estado, sobretudo, a da polícia e dos diversos meios de encarceramento e tutela (RAUTER, 2002). Institucionalizada porque tornada prática oficial, política de Estado, mesmo que muitas vezes não declarada.

² Denominam-se “adolescentes em conflito com a lei” os menores de dezoito anos de idade a que sejam atribuídas práticas de atos infracionais. Ato infracional é toda conduta descrita como crime ou contravenção penal, conforme o artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD).

³ Com base nas estatísticas do DATASUS, Waiselfisz (2008) nos mostra que a taxa média de homicídios por cem mil habitantes no Brasil passa de 11,4 em 1980, chega a 21,7 em 1990 e alcança a cifra de 27,6 em 2000.

Entre o aumento da criminalidade violenta e o recrudescimento da violência de Estado⁴, a violência foi se produzindo e reproduzindo. Nesse contexto, de 40 a 50 mil vidas ao ano são ceifadas em homicídios em todo o país (BRASIL, 2006a).

De acordo com os parâmetros adotados pelas principais organizações internacionais, os índices de violência considerados toleráveis giram em torno de sete a dez homicídios por cem mil habitantes. No entanto, ainda hoje, no Brasil, a média é de aproximadamente vinte e cinco homicídios por cem mil habitantes, sendo uma das mais altas em todo o mundo (WAISELFISZ, 2008).

Se levarmos em consideração os dados relativos aos outros tipos de crimes violentos – como tentativa de homicídio, lesão corporal, roubo, estupro e atentado violento ao pudor – totalizam-se praticamente um milhão de ocorrências registradas apenas entre os anos de 2004 e 2005 em todo o país (BRASIL, 2006b).

Além disso, no Brasil, estima-se que aproximadamente metade das pessoas que sofrem algum tipo de crime não registra ocorrência nos órgãos oficiais, por alegar, entre outros motivos, a falta de confiança nos sistemas de segurança pública e de justiça (ILANUD, 2002). Isso pode indicar que as estatísticas seriam ainda mais desencantadoras do que podemos imaginar.

No entanto, o problema da violência não é apenas uma questão de estatística. Por trás desses números encontram-se pessoas – quando não famílias inteiras – que tiveram e ainda têm suas experiências profundamente marcadas.

Pesquisas têm ressaltado que os impactos da violência podem comprometer a saúde das pessoas atingidas por ela, afetando também seus familiares e amigos e, ainda, a sociedade como um todo (MINAYO, 1994; ARCOVERDE, 2005).

Os principais efeitos da violência têm sido transtornos físicos e emocionais, assim como sentimentos negativos de revolta, vingança e pessimismo. Além disso, há que

⁴ Denomina-se violência de Estado aquela perpetrada pelos agentes do Estado, sejam policiais ou não.

se considerar que existe uma consequência jurídica imposta nas relações violentas, visto que um ou mais direitos foram violados.

Durante muito tempo, os hospitais, as delegacias e os juizados foram praticamente os únicos meios institucionais acessíveis às pessoas atingidas pela violência. Foi somente a partir das décadas de 1980 e 1990 que tais pessoas passaram a contar com centros de apoio especializados, recebendo orientações de advogados e acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais.

Os “centros de apoio” surgiram, em sua maioria, da união de militantes de direitos humanos, intelectuais das universidades e das próprias “vítimas”⁵, que buscavam minimizar os impactos da violência. Os objetivos desses estabelecimentos ultrapassam a finalidade única e exclusiva de prestar suporte psicossocial e jurídico. São, sobretudo, espaços que oportunizam trocas de experiências e de produção de novos sentidos para o que foi vivido, buscando a responsabilização judicial dos crimes e lutando pela construção da cidadania.

No Espírito Santo, um dos primeiros espaços criados com esses objetivos de que temos conhecimento foi o Centro de Apoio às Vítimas de Violência (CEAV-ES⁶). Suas atividades foram iniciadas no final de 2001 e início de 2002. Em cinco anos de existência, prestou assistência a centenas de pessoas, totalizando mais de 400 casos acompanhados.

Entre os anos de 2005 e 2007, tive a oportunidade de trabalhar no cargo de psicólogo deste estabelecimento. Assim, durante o contato com as histórias daquelas pessoas que buscavam auxílio no CEAV, passamos a nos inquietar e a indagar sobre os efeitos dessas experiências.

A presente pesquisa nasceu, portanto, nos caminhos percorridos em encontros com pessoas que tiveram suas vidas atingidas pela violência. Embora sob esse forte – e,

⁵ A palavra “vítima” não nos parece adequada para definir a situação das pessoas envolvidas em fenômenos violentos, visto que é carregada de pré-concepções sociais e culturais muito estigmatizadas. Optamos por colocá-la sempre entre aspas, para enfatizar esse aspecto. Quando mencionamos vítima, sem o uso das aspas, significa tão somente que se trata do nome de um estabelecimento como no caso do Centro de Atendimento às Vítimas de Violência (CEAV) ou do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAV-CV).

⁶ Ou simplesmente CEAV.

na maioria das vezes, doloroso e traumático – impacto, algumas delas (mas nem todas) apostaram, e ainda apostam, em afirmar a vida, ao invés de se colocarem no lugar de resignação que muitas vezes é destinado às “vítimas”.

Sendo assim, nosso objetivo foi analisar as experiências produzidas junto com pessoas que sofreram, direta e/ou indiretamente, os impactos da violência e que buscaram atendimento em um “centro de apoio” específico para esse tipo de população.

Acreditamos que conhecer e compartilhar essas experiências pode contribuir para a transformação de alguns dos efeitos deletérios da violência, problematizando a construção do lugar de “vítima”.

No primeiro capítulo, introduzimos alguns aspectos considerados importantes para pensar a questão da violência no Brasil e no Espírito Santo, sobretudo no que diz respeito ao panorama histórico e social em que tal questão se desenvolveu. Ainda neste tópico, expusemos a conjuntura na qual nascem os “centros de apoio” como espaços de atendimento especializado às pessoas envolvidas em situações violentas. Em seguida, fizemos uma breve explanação sobre conceitos-chave desenvolvidos nesta dissertação. Falamos de violência, retomando as concepções etimológicas na língua latina, mas também mencionamos os significados mais atuais. Passamos a vista sobre alguns teóricos que se debruçaram sobre o assunto, tais como Hannah Arendt, Max Weber, Michel Wievorka e Michel Foucault. Demos atenção especial à noção de experiência – desenvolvida por Foucault – entendida como resultado das relações saber-poder-subjetivação, contrapondo-a a palavras tais como vivência e experimento, definições geralmente consideradas sinônimas.

No capítulo seguinte, apresentamos os aspectos metodológicos da pesquisa, buscando descrever detalhadamente os caminhos percorridos, as impressões mais imediatas descritas nos diários de campo e, mais do que isso, a apresentação dos relatos dos momentos compartilhados durante nossa permanência no espaço onde a pesquisa foi desenvolvida.

Ao tecermos nossas conclusões e considerações finais, retomamos a discussão sobre o surgimento dos “centros de apoio” como espaços de atendimento às pessoas envolvidas em situações violentas, para, mais uma vez, evidenciar sua importância como instrumento de mobilização social diante dos graves problemas gerados pela violência no Brasil e no Espírito Santo.

Por fim, realizamos algumas indagações e análises que põem em questão o lugar de “vítima”, não para desprezar as dores e os traumas sofridos, mas para mostrar que problematizar uma experiência é evidenciar seu caráter de produção histórica e social, apresentando-se como uma forma circunstancial e provisória.

2. Compreendendo os novos paradigmas da violência na contemporaneidade

Apesar de ser quase um consenso que a violência está presente em todas as sociedades, ela adquire múltiplas faces de acordo com os momentos históricos e com as características peculiares de cada sociedade (CLASTRES, 2004).

Isso significa dizer que a violência não é “natural” do ser humano, como se fosse sua essência, pois ela pode variar em diferentes sociedades e em épocas históricas distintas.

Ressaltamos dois aspectos na perspectiva de desnaturalizar a violência: um sincrônico e outro diacrônico. Analisando o aspecto sincrônico, vemos que em uma mesma época existem diferentes formas de manifestação de violência. Práticas distintas, de acordo com cada sociedade, expressão cultural, região geopolítica, etc.

Assim, alguém pode ser considerado “vítima” em uma sociedade e não ser em outra. O que é violência em uma cultura, um país ou região, pode ser “natural”, comum, habitual, em outra. Nessa perspectiva, violência não é uma entidade abstrata, desvinculada das relações sociais. Ao contrário, cada sociedade define valores para

si, dentro de seu repertório de hábitos, comportamentos e condutas, considerando alguns destes como violentos.

Por exemplo, Pierre Clastres (2004), em seus estudos antropológicos reunidos em “Arqueologia da violência”, nos mostra que nas sociedades ditas primitivas – sociedades “sem Estado” – a violência adquire sentidos completamente diversos das sociedades ocidentais capitalistas.

Com relação ao aspecto diacrônico, podemos afirmar que as análises históricas nos mostram diferentes práticas de violência de acordo com diferentes épocas. O que hoje consideramos uma violência, no futuro pode não ser; o que hoje nos é banal, no futuro pode ser intolerável (WIEVIORKA, 1997).

Em certos períodos históricos, como na Idade Média, a violência atingiu níveis absurdos, de tão banalizada e corriqueira que era naqueles tempos, se comparada com os parâmetros atuais (TAVARES, 2001). Nesse sentido, temos cuidado ao compararmos diferentes momentos históricos, levando em consideração que aquilo que chamamos de violência muda de acordo com as práticas de cada época.

O momento histórico em que vivemos – aquilo que alguns autores convencionaram chamar de contemporâneo ou contemporaneidade – pode ser caracterizado por práticas que lhes são específicas, diferentes de outras épocas.

Os historiadores tradicionais costumam atribuir o termo Contemporâneo ao período histórico-político que se inicia com as revoluções no Ocidente – principalmente a industrial e a burguesa – a partir do fim do século XVIII. Desde então, vemos nascer lentamente a sociedade industrial como um dos pilares do capitalismo atual.

Segundo Benevides (2007), a lenta passagem do feudalismo ao capitalismo, que ocorreu ao longo dos últimos séculos, modificou sobremaneira os paradigmas da sociedade ocidental. Enquanto nas relações feudais a vida social era baseada na comunidade imediata e estava atrelada à terra, na emergência da sociedade industrial, a referência para o indivíduo fundamentava-se no modelo da fábrica.

A individualidade passou a ser valorizada como aquilo que permite a cada um progredir e ascender socialmente. Nesse sentido, as características individuais, os esforços de cada um particularmente, seriam os responsáveis pelos seus próprios sucessos/fracassos.

O processo de industrialização teve como consequência a aceleração do desenvolvimento urbano, produzindo, dentre outros efeitos, uma necessidade crescente de operários qualificados e disciplinados para trabalhar nas fábricas recém implantadas na época. Ademais, com a grande concentração de pessoas nas cidades, tornou-se imperativa a ordenação e o controle racional da população por parte dos governantes e gestores públicos. Era preciso conter as revoltas urbanas e manter o ordenamento social e jurídico vigentes após o fim dos regimes absolutistas.

Era preciso, também, que as pessoas se ajustassem à nova ordem social. Aqueles que não se adequavam ao sistema em ascensão, compostos sobretudo dos pobres e miseráveis, eram considerados culpados pelo seu próprio fracasso de “inadaptação”, sendo prontamente descartados e considerados descartáveis pela sociedade, quando não, um risco e uma ameaça à ordem vigente.

No contexto do século XIX, as ciências adquiriram papel central na resolução dos problemas advindos dessa nova ordem social. Considerava-se científico o conjunto de conhecimentos adquiridos por meio de metodologia rigorosa, de modo que suas experiências fossem reproduzidas e seus resultados passíveis de verificação da validade. O modelo ideal de ciência era a matemática, com todo seu rigor e objetividade.

Sob os ideais hegemônicos da época, acreditava-se que, por meio da ciência, era possível aos homens dominar a natureza e chegar até a verdade do mundo. Enfim, o conhecimento científico promoveria o tão sonhado progresso da humanidade e resolveria todos os problemas advindos do processo de urbanização e da nova ordem social: invenção de novos métodos de medicina no tratamento das doenças, surgimento da física quântica, desenvolvimento da psicologia como saber-poder sobre o indivíduo, criação das tecnologias da informação cada vez mais sofisticadas. Tudo isso parecia atestar a evolução do mundo.

Compartilhava-se o ideal de que o desenvolvimento científico proporcionaria o progresso mundial. Desse modo, a violência seria resquício de um passado bárbaro e fora da nova ordem, sendo associada não só ao atraso, ao “subdesenvolvimento” e, conseqüentemente, à pobreza e à miséria, mas também à imigração.

Paradoxalmente, ao longo do século XX, esse sonho de progresso e riqueza, além de não ter alcançado o ideal de desenvolvimento mundial, contribuiu diretamente com a produção das armas mais sofisticadas, além de aparatos químicos e nucleares, elevando exponencialmente os poderes de destruição em massa. A título de ilustração, estima-se que cerca de sessenta milhões de pessoas foram mortas durante a 2ª Guerra Mundial, e que, deste total, aproximadamente quarenta milhões de mortos eram civis.

Tomadas as devidas proporções, nunca foram dizimadas tantas pessoas nem destruídas tão vastas regiões do planeta em um curto período de tempo. O desenvolvimento da indústria bélica, a sofisticação das armas químicas e nucleares, a proliferação dos campos de concentração e suas câmaras de gás evidenciam como a racionalidade e a tecnologia foram utilizadas em larga escala para produzir guerra, violência e morte.

Com esse panorama em pleno século XX, os temores não se restringiam mais somente à probabilidade de deflagração de conflitos militares de proporções globais, mas também aos riscos advindos de possíveis ações pontuais e localizadas – embora também com efeitos mundiais – como nos atentados com bombas e/ou materiais tóxicos.

O nuclear torna-se símbolo de riscos maiores de crise, de desestabilização, [...], sem falar da simples catástrofe que podem causar um dia ou outro a proliferação das armas nucleares (WIEVIORKA, 1997, p. 15).

De fato, as transformações no mundo contemporâneo não expressam necessariamente um aumento na frequência de ocorrências e na variedade do repertório de práticas violentas e cruéis, em relação às épocas passadas. Ao

contrário, considera-se que a violência era muito mais recorrente em outros momentos históricos do que hoje em dia (TAVARES, 2001).

No entanto, contraditoriamente, uma das mudanças que mais significativamente caracterizaria a contemporaneidade ocorreu com o desenvolvimento tecnológico, visto que o potencial de destruição atual tornou-se inigualável em relação a qualquer outra época anterior. No limiar disso tudo, populações inteiras podem ser devastadas em segundos com o simples apertar de um botão. Nesse sentido, então, o que estaria em jogo é a existência biológica da espécie humana como um todo.

No mundo atual, entretanto, pós-Grandes Guerras e pós-Guerra Fria, não é apenas a violência dos grandes confrontos bélicos que ganha atenção, mas, principalmente, aquela que ocorre nos espaços urbanos. Principal “habitat” da espécie humana na contemporaneidade, as cidades têm convivido cada vez mais com esse tipo de problema, ou melhor dizendo, é justamente porque as pessoas vivem nas cidades que a violência se tornou um problema.

Sob uma face da violência urbana consta uma ampla gama de fenômenos que podem estar mais ou menos relacionados entre si, e que se identificam com aquilo que chamamos de criminalidade, tais como assaltos, homicídios, tráfico de drogas, problemas de delinquência, etc. Mas também existe outra face, porém (ou por isso mesmo) muito menos visível, e que se expressa no próprio sistema social, nas desigualdades que produzem as mais variadas mazelas e problemas sociais – desemprego, fome, miséria, preconceito, discriminação, entre outros, por exemplo – com que convivemos nas cidades.

O que nos parece evidente é que a violência urbana passou a ser um importante ingrediente na vida cotidiana das cidades, mormente essa violência que se identifica com a criminalidade. Ela se tornou assunto constante nas conversas entre vizinhos, nas notícias da mídia, nos estudos e pesquisas científicas, na valorização/desvalorização imobiliária, no investimento de políticas urbanas e sociais, no planejamento das ações de segurança, nos custos da saúde pública, etc.

Por fim, percebe-se que, urbana ou não, a violência está cada vez mais presente tanto na vida dos indivíduos quanto na existência da população como um todo. De um lado, as repercussões “individuais”: as marcas físicas, os “traumas” emocionais⁷, a dor, o sofrimento, dentre tantas consequências deletérias. Por outro lado, as repercussões na população como um todo: os custos econômicos e sociais, a variação na taxa de morbimortalidade, a diminuição longevidade populacional, a comparação com as taxas de outras cidades do país e do mundo, entre outros⁸.

2.1 A violência no Brasil contemporâneo

O Brasil é considerado hoje um dos países com os maiores índices de criminalidade violenta no mundo. Segundo os dados estatísticos (BRASIL, 2006a; WAISELFISZ, 2008), esses índices vêm aumentando significativamente desde as décadas de 1980 e 1990, embora não tenhamos conhecimento de estatísticas oficiais referentes aos períodos anteriores.

Além do legado histórico de autoritarismo no Brasil (desde o período colonizador até as recentes ditaduras), inúmeros são os motivos elencados pelos estudiosos para explicar o crescimento desse fenômeno em nosso país. Entre os principais motivos estão: urbanização desorganizada, alta concentração de terras e de rendas, aumento das taxas de desemprego, favelização/periferização, exclusão social, grupos de extermínio, tráfico de drogas, alto limiar de aceitação da utilização de meios violentos na resolução de conflitos, corrupção generalizada, crime organizado e violência institucionalizada pelo Estado (ALMEIDA; PINHEIRO, 2003; PERALVA, 2000).

⁷ Estudos recentes demonstram que indivíduos atingidos pela violência, bem como seus familiares, têm grande probabilidade de desenvolverem determinados processos patológicos, acarretando transtornos físicos e emocionais (MINAYO, 1994; ARCOVERDE, 2005).

⁸ Outros estudos também têm relatado que os impactos da violência afetam diretamente o aumento dos gastos públicos com atendimentos hospitalares emergenciais, as taxas de mortalidade de certos segmentos populacionais, a produtividade do trabalho, etc. (WAISELFISZ, 2007).

Embora o estudo sobre estes motivos seja importante para intervir de maneira efetiva sobre o problema da criminalidade violenta, o fato é que o Brasil mantém altos números de mortes violentas por pelo menos três décadas, atingindo milhares de pessoas ao ano.

Os dados estatísticos têm mostrado que essas formas de violência vêm atingindo predominantemente os segmentos sociais menos favorecidos. Com relação ao homicídio, por exemplo, qualquer que seja a Unidade da Federação pesquisada, a maior parte das pessoas assassinadas é pobre, tem entre 15 e 29 anos, é do sexo masculino, apresenta baixa escolaridade e reside nas periferias das zonas urbanas (BRASIL, 2006a; WAISELFISZ, 2005).

Partindo desta constatação, discursos competentes configuraram um “rosto” para a criminalidade violenta no país. Esta passou a ser associada à pobreza e à juventude da periferia dos grandes centros urbanos (COIMBRA, 2001).

De acordo com Coimbra (2001), esses discursos ganharam ainda mais força a partir da década de 1980 – período marcado, ao mesmo tempo, pela derrocada da ditadura e pelo auge de uma grave crise econômica no Brasil. Para agravar a situação, a inflação alcançava índices astronômicos e o desemprego estava em ascendência galopante.

Com a reforma neoliberal e a entrada do Brasil no processo de globalização, esse cenário se acirrou ainda mais (KOLKER, 2002), produzindo grande insegurança social no que diz respeito ao mercado de trabalho e à diminuição progressiva nos investimentos em programas sociais.

Ao mesmo tempo, os índices de criminalidade violenta ultrapassaram os limites socialmente toleráveis, tornando-se cada vez mais visíveis para toda sociedade, sobretudo, porque passaram a atingir mais diretamente as elites. A título de ilustração, isso pode ser evidenciado com o crescente número de ocorrências de sequestros, assaltos a estabelecimentos comerciais e condomínios de luxo, registrado nas décadas de 1980 e 1990.

De acordo com Coimbra (2001), nessa época, duas concepções antagônicas de segurança pública passaram a rivalizar os debates sobre a redução da criminalidade violenta nas cidades: (a) uma vertente voltada para o discurso de defesa e promoção dos direitos humanos; e (b) outra favorável ao recrudescimento das instituições militarizadas e repressoras.

Ao longo dos anos, com o apoio das elites e da mídia nacional, a concepção militarizada foi se sobrepondo, reforçando a imagem de que os promotores dos direitos humanos defendem “bandidos” e que proporcionam regalias para os marginais.

Houve, nesse sentido, uma forte campanha incentivando e justificando o recurso às empresas de segurança privada, aos condomínios fechados, ao autoarmamento da população, aos linchamentos, às torturas e abusos policiais, aos extermínios de moradores de rua, de pobres e favelados, etc.

Conforme Peralva (2000, p. 76-77):

Ao fim do regime autoritário, o tema da delinquência e da criminalidade – as quais até então existiam apenas em pequena escala – foi introduzido com grande alarde no debate público. Muita gente pensava que, para reduzir o número de crimes era necessário intensificar a repressão, inclusive talvez empregando diretamente as Forças Armadas em funções de polícia. Mas admitia-se também que uma violência com fins de auto defesa fosse diretamente exercida pela sociedade civil. O Estado aceitou, assim, transferir para essa mesma sociedade civil parte de uma violência sobre a qual até ali, mal ou bem, ele havia geralmente exercido um monopólio.

Não é de se estranhar que nesse mesmo período, por exemplo, os esquadrões da morte⁹, criados durante o período da ditadura militar e agindo nos bairros populares, ganharam cada vez mais força (GUIMARÃES, 1978; COIMBRA, 2001). Além disso, apareceu também a figura do justiceiro, atuando sob o comando de comerciantes e empresários locais.

⁹ Os esquadrões da morte foram grupos de extermínio surgidos em meados da década de 1960 com o objetivo de eliminar supostos criminosos comuns – que geralmente eram moradores dos bairros de periferia – indesejáveis para certos segmentos da alta sociedade e também da classe média. Em geral, eram (e ainda são) financiados por políticos, advogados, juizes, promotores, empresários e comerciantes, dentre outros. Existem fortes indícios de que essas organizações continuam atuando em diversas cidades, inclusive na região metropolitana da Grande-Vitória.

A violência policial continuou sendo utilizada de maneira frequente e corriqueira, principalmente nos bairros mais pobres. Reproduziram-se e aperfeiçoaram-se os modelos vigentes durante a ditadura militar, em clara desvalorização das atividades investigativas e forenses (COIMBRA, 2001).

Assim, em contrapartida à minimização do Estado Social (“*Welfare State*”), vê-se a maximização exponencial do Estado Penal¹⁰. Segue-se, portanto, a organização de políticas de segurança criminal como forma de mascarar a insegurança social (WACQÜANT, 2001).

Concomitantemente a tudo isso, o crescimento das atividades ligadas ao tráfico de drogas e de armas ilegais, que ganharam força no final dos anos 1970 e ao longo da década de 1980, constituiu sua organização tal como uma estrutura empresarial (ALMEIDA & PINHEIRO, 2003), gerando altas cifras de lucros e alimentando a espiral da criminalidade violenta. A esse tipo de criminalidade, se delineou o mesmo “rosto” do qual os jovens da periferia tornaram-se a caricatura ideal.

Construída desde o final do século XIX, a figura das “classes perigosas”, associada às imagens da pobreza e da juventude, é repaginada e revitalizada um século depois, aparecendo como a principal responsável pelo aumento da criminalidade violenta nas grandes cidades (COIMBRA, 2001).

Tal associação entre juventude, pobreza e criminalidade¹¹, naturalizada principalmente pelo discurso oficial e pelos meios de comunicação, justificava (e ainda justifica) a perpetuação e sofisticação de medidas autoritárias e repressivas por parte do Estado, como forma de combater os criminosos, ampliando,

¹⁰ O Estado Social, também conhecido como Estado do bem-estar social ou, ainda, Estado-providência, é uma forma de organização política e econômica na qual o Estado é o principal agente de promoção social e de organização da economia. Cabe ao Estado-providência promover serviços públicos e proteção à população, em especial, aos mais “desfavorecidos”. Por outro lado, o Estado Penal designa a corrente que enfatiza o papel do Estado como mantenedor da lei e da ordem instituídas, através do fortalecimento das políticas penais/punitivas, criminalizando, sobretudo, os mais pobres.

¹¹ O que se enfatiza aqui não é afirmar que inexistem pessoas pobres que cometam crimes, mas que se produziu historicamente uma “natureza” para a violência na qual os jovens pobres estão intimamente associados.

sobremaneira, as taxas de encarceramento e, mormente, de extermínio das classes pobres¹² (KOLKER, 2002).

Por outro lado, nesse mesmo período, pouco se falou sobre os crimes cometidos pelos ricos (os crimes do “colarinho branco”) – que, geralmente, não se utilizam diretamente da violência, mas que a coproduzem através da corrupção e do tráfico de influências – e, muito menos, sobre a violência institucionalizada pelo Estado (torturas e execuções extrajudiciais cometidas por agentes do Estado).

Com relação a esta última, destacam-se não somente os crimes cometidos ao longo da ditadura militar, mas também aqueles cometidos pelos excessos nas operações policiais durante o período “democrático” de nosso país. Contudo, esses “excessos” sempre foram justificados em função da defesa da sociedade (FOUCAULT, 1999).

Agamben (2004) nos fala que o paradigma da atualidade seria justamente o “estado de exceção¹³”, ou seja, à medida que avançamos na história das sociedades contemporâneas, percebemos que práticas cada vez mais “antidemocráticas” são aceitas em função da manutenção da ordem instituída.

Assim, se, no passado, a Segurança Nacional fundamentava a ditadura militar, atualmente, é em nome da segurança de alguns (sobretudo das elites) que se justificam as “exceções” cometidas contra outros (os pobres).

¹² De acordo com Kolker (2002), entre 1995 a 1997, a taxa de encarceramento no Brasil passou de 95,55 para 108,4 presos por 100 mil habitantes; em 1997, eram 170.207 presos. Segundo os dados consolidados do DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional (BRASIL, 2006c) –, em 2005, a população encarcerada passava de 361 mil presos. Assim, percebe-se que o número de presos no sistema penitenciário praticamente dobrou em menos de uma década. Por outro lado, embora a população prisional tenha aumentado significativamente nos últimos anos, isso não tem feito com que a violência diminua. Em conformidade com o Mapa da violência de 2008 (WAISELFISZ, 2008), de 1996 a 2006 o número de homicídios na população geral aumentou em cerca de 20% (passando de pouco mais de 35 mil para aproximadamente 46 mil homicídios, respectivamente), já na população jovem esse aumento passou de 30% (indo de cerca de 13 mil para aproximadamente 17 mil homicídios, respectivamente). Acrescente-se a isso o fato de que, conforme afirmado anteriormente, a maior parte das “vítimas” de homicídio é composta de jovens pobres. Assim, esses índices podem evidenciar, por si só, como o encarceramento e o homicídio têm sido práticas de controle e de extermínio contra as classes pobres.

¹³ Exceção é o estado de coisas em que, paradoxalmente, as normas jurídicas e sociais não se aplicam para garantir que elas sejam aplicadas. Em outras palavras, o “estado de exceção” é a suspensão dos direitos fundamentais supostamente em nome da ordem social e jurídica e da democracia (AGAMBEN, 2004).

2.2 A violência no Espírito Santo

Apesar das particularidades históricas de cada região do país, o Espírito Santo manteve a tendência nacional de crescimento de diversas formas de manifestação da criminalidade violenta, desde a década de 1980, ou até mesmo antes (GUIMARÃES, 1978).

Durante os anos 1960, houve um aumento considerável na população capixaba, capitaneado pelos grandes projetos industriais em substituição à antiga e tradicional política agrícola-cafeeira (BITTENCOURT, 2006). O grande contingente populacional se deslocou, principalmente, para os municípios da Grande Vitória, ocasionando um inchaço nessa região.

Esses municípios não possuíam infraestrutura capaz de absorver tamanha corrente migratória, o que acabou submetendo boa parte de seus novos moradores a condições precárias e sub-humanas nas periferias, gerando uma imensa desigualdade social que, por si só, poderia ser considerada uma situação de violência (mas não necessariamente de criminalidade, conforme afirmamos no item anterior).

Além disso, é notório que as populações das periferias sempre foram alvos privilegiados da violência policial e da ameaça de grupos de extermínios.

Concomitantemente, a verificação da presença constante de grupos de extermínio atuando em solo capixaba, mormente na capital, sugere que alguns tipos de violência e de criminalidade já tinham se instalado no estado nessa época (GUIMARÃES, 1978), embora as estatísticas oficiais sobre a violência só tenham surgido quase duas décadas depois (WAISELFISZ, 2005).

De fato, os principais alvos desses grupos de extermínio eram indivíduos das periferias, geralmente considerados como supostos criminosos.

As décadas se passaram, e a violência e a criminalidade no Espírito Santo continuaram se perpetuando, inclusive com a conivência, quando não com a colaboração, das autoridades públicas.

Os homicídios destacam-se como um tipo específico de criminalidade violenta bastante recorrente no Espírito Santo. Sobretudo ao longo das décadas de 1980 e 1990, presenciou-se uma série de assassinatos que deixaram a população capixaba apreensiva e contribuíram para transformar a Grande Vitória em uma das regiões metropolitanas com os maiores índices de violência do país.

As estatísticas elencavam o estado capixaba como uma das Unidades Federativas onde a situação de violência era – e ainda é – mais contundente, em particular, no que dizia respeito à região metropolitana da capital capixaba (BRASIL, 2006a; WAISELFISZ, 2008). Embora a condição nas zonas rurais e nos municípios do interior também fosse grave, somente a Grande Vitória concentrava (e ainda concentra) aproximadamente 75% dos assassinatos ocorridos nos Espírito Santo.

Boa parte desses assassinatos teve a participação direta de grupos de extermínio, que continuavam a atuar no estado com a conivência das autoridades públicas, assassinando supostos criminosos, presidiários, moradores das periferias e militantes dos movimentos sociais.

Durante as investigações desses crimes, foi constatado que, na maioria das vezes, estavam envolvidos diversos empresários e agentes públicos. Além disso, a organização desses grupos de extermínio era tamanha que, muitas vezes, se sobrepunha à própria hierarquia organizativa do Estado (BRASIL, 2000; GUIMARÃES, 1978).

Nessas mesmas investigações, que levaram à descoberta da atuação desses grupos de extermínio, também se percebeu que muitos desses crimes violentos estavam intimamente relacionados às atividades do narcotráfico (BRASIL, 2000).

Essa relação entre grupos de extermínio e narcotráfico também foi responsável por uma série de ameaças e assassinatos não somente de supostos bandidos (muitas

vezes envolvidos em disputas por territórios de venda de drogas), mas também de diversos moradores das periferias (que na maioria das vezes nada tinham a ver com a criminalidade), de militantes dos movimentos sociais que denunciavam esses crimes, bem como das autoridades públicas que se dispunham a solucionar alguns desses casos.

A falta de apuração e a não responsabilização dos agentes do Estado e dos demais envolvidos com esses diversos tipos de violência e criminalidade, assim como a fragilidade dos sistemas de justiça e segurança, também podem ser consideradas fatores de significativa importância para a manutenção dos altos índices de homicídio no Espírito Santo.

A situação de violência e criminalidade no Espírito Santo tornou-se cada vez mais grave e a sociedade capixaba passou a clamar pelo esclarecimento dos homicídios. Não obstante diversas investigações tenham logrado êxito, resultando na desarticulação de grupos de extermínio e na responsabilização dos criminosos, existem fortes indícios de que tais crimes ainda são exercidos no Espírito Santo (BRASIL, 2000). Tudo isso ainda ocorre com a conivência e o silêncio das autoridades públicas, fazendo centenas de “vítimas” a cada ano e contribuindo para a manutenção dos elevados índices de violência e criminalidade em solo capixaba.

Por fim, de acordo com Almeida e Pinheiro (2003), além de todos esses fatores importantes para se pensar a violência e criminalidade no Brasil – e, por conseguinte, no Espírito Santo –, uma grande parcela dos crimes de homicídios ocorre em discussões entre vizinhos, conflitos entre familiares, brigas de trânsito, entre outros. Segundo esses autores, isso mostra a recorrente utilização de meios violentos para resolução dos conflitos, a aceitação social da violência, além do fácil acesso às armas de fogo.

2.3 Ensaando uma definição provisória de violência

Como vimos enfatizando anteriormente, não há como falar de uma definição única de violência. Podemos falar em definições provisórias e mutantes, de acordo com o momento histórico, político, cultural e social em que se vive. Assim, pretendemos seguir as pistas de uma definição que não se proponha única, definitiva, universal ou totalizante, mas que possa tentar refletir alguns aspectos pertinentes da violência na contemporaneidade .

Encontramos uma dessas pistas no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), o qual define violência como

1. Qualidade do que é violento. 2. Ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força. 3. Exercício injusto ou discricionário, geralmente ilegal, de força ou de poder. 3.1. Cerceamento da justiça e do direito; coação, opressão, tirania. 4. Força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria, veemência. (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 2.866)

Significados semelhantes, porém mais resumidos, são encontrados no Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2004, p. 2065): “1. Qualidade de violento. 2. Ato violento. 3. Ato de violentar. 4. Constrangimento físico ou moral; uso da força, coação”.

A etimologia dessa palavra vem do latim *violentia*, derivação de *violentus*, *violenta*, *violentum*, que quer dizer impetuoso, furioso, arrebatado. Por sua vez, todas elas provêm de dois radicais: *viol* (tratar com violência, violar) e *vis* (energia, poder, força). (HOUAISS & VILLAR, 2001)

Vis é, ao mesmo tempo, energia, poder e força. Conforme o dicionário Houaiss (2001), há nesse sentido etimológico uma conotação daquilo que no senso comum chamamos de “força da natureza”. O clarão dos raios solares, a poeira levantada pelo vento, a correnteza de um rio, a intensidade de uma tempestade: estes são exemplos encontrados na seção de etimologia do referido dicionário.

A partir dessa versão etimológica, percebemos que *vis* remete a uma diversidade de fenômenos que não estão necessariamente ligados ao que atualmente chamamos de violência. Assim, na etimologia latina, um fenômeno da natureza (um relâmpago, uma tempestade, a proliferação de uma doença, etc) parece ser tão violento quanto um golpe de gládio.

Como nos ensinou Yves Michaud (1989), a violência não é a mesma de um período ao outro da história.

Não é nosso interesse fazer uma trajetória – longa, cansativa e improdutiva – das transformações que a palavra violência foi adquirindo ao longo do tempo, desde quando “inventaram” um nome para ela até os dias de hoje. O fato é que houve mudanças de aceção naquilo que se considera/pratica como violência em nossa sociedade e, nesse sentido, é isso, e somente isso, que gostaríamos de destacar.

Mas, então, como podemos definir o que se entende por violência hoje? É possível circunscrever uma multiplicidade de fenômenos complexos e distintos entre si dentro de um mesmo conceito/categoria?

Observamos que, principalmente nas sociedades ocidentais contemporâneas, há uma tendência cada vez mais enfática em estabelecer relação direta ou até mesmo equivalência total entre violência e criminalidade, como se fossem sinônimos e expressassem os mesmos fenômenos.

A professora e pesquisadora Gilead M. Tavares (2006), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), faz uma distinção clara entre os conceitos de violência e de criminalidade.

Criminalidade refere-se ao crime. Por sua vez, crime é uma noção jurídica que remete à violação das leis, a uma tipificação, a uma sanção penal e à culpabilização de alguém; crime é todo ato típico e antijurídico. Do ponto de vista sociológico, crime é toda conduta, ação ou omissão, capaz de gerar reprovação e repúdio social, indo de encontro às normas morais, aos costumes e às leis de uma sociedade.

Em contrapartida, a noção de violência mostra-se mais complexa e de maior dificuldade para uma determinação precisa. Apesar de criminalidade e violência serem muitas vezes consideradas sinônimos, de fato não o são, uma vez que pode haver crime cometido sem violência, assim como existir violência sem que se considere crime¹⁴.

Algumas formas de manifestação de violência também nem sempre provocam reprovação social, haja vista que, em muitas situações, a própria sociedade (ou determinados segmentos sociais) incentiva(m) e/ou tolera(m) práticas violentas. Trata-se do caso, por exemplo, da violência policial contra delinquentes e das mortes e torturas nos presídios e estabelecimentos de internação de jovens.

Tavares (2006) compreende violência não apenas como um ato “específico” ou “isolado”, mas sim como um processo de mediação de relações. Desse modo, existem diversas formas de relações sociais que podem ser compreendidas como manifestações de violência e que, além de não serem consideradas crimes, são tidas como naturais.

Quando, por exemplo, uma população inteira – um segmento ou uma classe social – é submetida a uma situação em que as condições de vida são precárias, e o acesso à alimentação, saúde, educação, saneamento básico, etc, é prejudicado ou inexistente, também estamos diante de uma violência, embora, na maioria das vezes, tais situações sejam consideradas normais e nem de longe possam ser tipificadas como um crime.

Nesse sentido, do ponto de vista “processual”, a violência pode ser entendida como

Todas as formas de exclusão social existentes em nosso sistema social que rebaixam os sujeitos a condições de subalternos, lixos sociais, pessoas que sobrevivem do lixo da sociedade, porém, além de na maioria das vezes, não se caracterizarem como atos delituosos, não são sequer refletidas como atos de violência, são

¹⁴ A título de ilustração, o artigo 23 do Código Penal brasileiro institui que não há crime quando o agente pratica o ato (um homicídio, por exemplo) em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito. Portanto, o ato de matar uma pessoa nem sempre será considerado crime, no entanto, não há como negar que seja violência. Já o furto, crime tipificado pelo artigo 155 do Código Penal brasileiro como “subtrair, para si ou para outrem, coisa móvel alheia”, diferentemente do roubo, não é cometido com o uso de violência.

simplesmente ignoradas como ocorrências comuns da vida social (TAVARES, 2006, p. 16)

Tendo em vista o acima exposto, reafirmamos que, embora em alguns momentos as noções de crime e violência se aproximem, a ponto de quase haver sobreposição de uma à outra, não podemos negar que existam diferenças substanciais entre ambas. Então, denominamos “criminalidade violenta” ou “violência criminal” suas interseções possíveis.

Por outro lado, há também que se considerar uma grande confusão com as definições de violência e poder¹⁵. Ao analisarmos as possíveis convergências e divergências entre esses dois conceitos, não podemos deixar de lado a formação histórica do Estado moderno, remontando ao processo de ruptura feudalismo-capitalismo no período entre século XV e XVIII.

Étienne de La Boétie, pensador francês do século XVI, buscando compreender as razões para a “servidão voluntária” – noção importante para se pensar o conceito de Estado moderno –, afirmava que o fato de as pessoas acreditarem que nasceram numa realidade já dada facilitaria a aceitação tácita da ordem vigente. Essa servidão possuiria força suficiente para que, mesmo diante de certas atrocidades, os súditos preferissem se submeter à tirania a se rebelar (LA BOÉTIE, 2003).

Max Weber concentrou parte de seus estudos em evidenciar o processo que levou o Estado moderno a assumir o monopólio legítimo da violência¹⁶. Nesse sentido, a formação e a integridade do Estado dependeriam de sua capacidade efetiva de tomar para si a legitimidade e a exclusividade no uso da violência para a manutenção da ordem vigente.

O Estado se transforma, [...], na única fonte do ‘direito’ à violência. O Estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada na violência legítima (isto é, da violência considerada como legítima). (Weber, 2006, p. 56-57)

¹⁵ Não é nossa pretensão fazer uma discussão exaustiva sobre as relações de poder, mas apenas realizar alguns apontamentos pertinentes para pensar suas implicações com a violência. De todo modo, retornaremos a falar sobre o assunto no item 3.2 do terceiro capítulo (“Sobre a experiência”).

¹⁶ Legítimo porque autorizado pelo direito.

Como se sabe, para Weber (2006) haveria três fundamentos legítimos da dominação: a tradição, o carisma e a legalidade¹⁷. O monopólio da violência legítima pelo Estado se justificaria pela necessidade de expropriar dos particulares o direito de recorrer à agressão como forma de resolução de conflitos. A violência adquire parâmetros de legalidade. Portanto, em Weber, o exercício do poder é indissociável da possibilidade/capacidade de dominar o pólo antagônico por meio da violência ou da ameaça ao seu uso. Em outras palavras, na sociedade moderna, somente a lei autoriza o uso da violência. A violência legítima obedece aos preceitos legais.

Em outra perspectiva, Hannah Arendt destacou-se por suas análises sobre as origens dos regimes totalitários na modernidade (Arendt, 1989), além de seu célebre ensaio “Sobre a violência” (Arendt, 2009), no qual enfatiza o caráter instrumental da violência. Arendt radicaliza a tensão entre os dois conceitos, a ponto de afirmar que a violência seria justamente o oposto do poder. Entre violência e poder nenhuma semelhança, nenhuma aproximação.

Cada um desses estudiosos contribuiu de maneira significativa para pensar as relações entre poder e violência. Mas de todos os pensadores contemporâneos que se debruçaram sobre esse problema, desenvolvemos especial afinidade com as questões levantadas por Michel Foucault (1999), em destaque aquelas do curso intitulado “Em defesa da sociedade” (1975-1976).

Em interessante artigo, Theresa Calvet de Magalhães (2008) resume as principais questões discutidas por Foucault nesse curso, a saber, (a) a questão da guerra como princípio de inteligibilidade das relações de poder; (b) o nascimento do discurso histórico-político da luta das raças e do aparecimento do racismo de Estado; e (c) a questão das especificidades e articulações entre poder disciplinar e biopoder.

Foucault descreve o surgimento de duas tecnologias de poder sobre a vida¹⁸ – as disciplinas do corpo e a biopolítica das populações – cuja principal função não é

¹⁷Não é nosso objetivo versar sobre cada um desses fundamentos, mas apenas indicar

¹⁸Retornaremos mais detalhadamente à questão do poder sobre a vida no item 3.2, por aqui basta centrarmos nossas discussões acerca das relações entre violência e poder.

mais a de matar, mas sim a de gerir as forças vitais, ampliando-as e multiplicando-as.

Conforme a cronologia dos estudos de Foucault, “Em defesa da sociedade” encontra-se entre duas obras de suma importância em sua trajetória: “Vigiar e Punir” (1975) e o primeiro volume de sua “História da sexualidade” (1976). “Vigiar e Punir” traz a emergência histórica dos mecanismos disciplinares de poder, enquanto a “História da sexualidade”, mais especificamente em seu último capítulo (“Direito de morte e poder sobre a vida”), descreve a formação dos mecanismos biopolíticos.

Dentro da sequência cronológica das obras foucaultianas, esses três textos representam um momento de avaliação e redirecionamento de suas pesquisas. Em uma entrevista concedida em 1978, Foucault (2006) esclarece que boa parte de suas últimas pesquisas, bem como as de todos os pensadores de sua época, tiveram como pano de fundo histórico e político os grandes fenômenos totalitários (fascismo, nazismo e stalinismo). Segundo ele, isso exigiu a construção de novos instrumentos conceituais e analíticos.

O curso “Em defesa da sociedade” coloca à prova o modelo da guerra como diagrama de análise das relações de poder (FOUCAULT, 1999; MAGALHÃES, 2008). Daí advém a famosa inversão da fórmula de Clausewitz, quando diz que “a política é a continuação da guerra por outros meios” (FOUCAULT, 1999, p. 22).

Seria possível pensar as relações de poder a partir de conceitos como “estratégia”, “tática” e “relações de força”? A guerra poderia ser tomada como princípio de inteligibilidade das relações de poder? Poderíamos falar em um esquema “dominação-sujeição”?

Em outras palavras, Foucault questiona se, nas sociedades contemporâneas, as relações de poder se organizaram de modo a produzir e reproduzir formas de dominação de uns sobre outros.

Sob o tema agora tornado corrente, [...], de que o poder tem a incumbência de defender a sociedade, deve-se ou não entender que

a sociedade em sua estrutura política é organizada de maneira que alguns possam se defender contra os outros, ou defender sua dominação contra a revolta dos outros, ou simplesmente ainda, defender sua vitória e perenizá-la na sujeição? (FOUCAULT, 1999, p. 26).

Defender a sociedade significaria, então, perpetuar determinada ordem instituída pelas relações de força em jogo. Nesse sentido, a violência seria um dos mecanismos possíveis de manutenção dessa ordem, mas não o único nem o principal.

Relações de poder e violência teriam em comum a característica de não serem “estado de coisas”, mas sim processos de dominação. Por outro lado, divergem em seus mecanismos de funcionamento, pois o poder sempre se exerce como ação sobre um campo de ações eventuais ou possíveis, enquanto a violência age sobre “corpos” ou “objetos”.

Ele [o poder] não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede [...]. Uma ação sobre ações. (FOUCAULT, 1995, p. 243)

Desse modo, pressupõe-se que no exercício do poder ambos os pólos sejam reconhecidos como “sujeitos de ação”. Ou seja, nas relações de poder sempre há possibilidade de que o diagrama de forças se reverta, subverta ou ao menos modifique-se; sempre há possibilidade de divergir, de resistir.

Ao tomar as relações de poder como “ação sobre ações”, Foucault ressalta a intransigência da liberdade como elemento imprescindível ao exercício do poder (MAGALHÃES, 2008). Só há relações de poder, portanto, se a ação sobre a qual se age tem um campo aberto de possibilidades, onde o pólo antagônico encontra diante de si diversas formas de se conduzir.

[...] só pode haver relações de poder na medida em que os sujeitos são livres. Se um dos dois estivesse completamente à disposição do

outro e se tornasse sua coisa, um objeto sobre o qual ele pudesse exercer uma violência infinita e ilimitada, não haveria relações de poder [...]. Isso quer dizer que, nas relações de poder, há forçosamente possibilidade de resistência, porque se não houvesse possibilidade de resistência [...] não haveria de modo algum relações de poder. [...]. Se há relações de poder em todo campo social, é porque há liberdade em todo lugar (FOUCAULT apud MAGALHÃES, 2008, p. 36).

Em contrapartida, as relações de violência visam fechar as possibilidades de resistência, não havendo reconhecimento do outro pólo como “sujeito de ação”, tornando-se mero objeto inerte e manipulável.

De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. Uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis. (FOUCAULT, 1995, p. 243)

Sendo assim, as discussões sobre relações de poder ensejadas por Foucault (1995; 1999) nos levam a um ponto em comum com as análises de Tavares (2006): a violência não deve ser vista apenas como um ato isolado de criminosos, agindo individual ou coletivamente, mas principalmente, como processos sociais em que “sujeitos de ação” são transformados em “objetos manipuláveis”.

Isso faz com que, ao invés de identificarmos imediatamente os segmentos sociais menos favorecidos economicamente como portadores da violência, mudemos nosso foco de atenção. Assim, nossa análise recai não mais sobre a criminalização da pobreza, mas sim sobre os processos de exclusão social como mecanismos de produção e reprodução da violência e seus efeitos nas sociedades atuais.

3. A emergência dos Centros de Apoio às Vítimas de Violência

Até poucas décadas atrás, as pessoas atingidas pela violência geralmente eram acolhidas em hospitais, ambulatórios médicos, enfermarias, delegacias, juizados, ministérios públicos, pastorais, confessionários, associações de bairro, sedes de movimentos sociais, consultórios psicológicos, programas sociais ou em quaisquer outros meios institucionais.

Os primeiros programas e centros específicos em fornecer apoio, atendimento e proteção às pessoas atingidas pela violência apareceram, no Brasil, somente a partir do final do século XX.

Um dos fatores imediatos para a aparição desses centros pode ser atribuído, sem dúvida, ao aumento progressivo dos índices de criminalidade violenta e de violência do Estado nas principais cidades do país. Mas esse fator, por si só, não permitiria o surgimento dos centros, se não levasse em consideração o panorama histórico em que está inserido.

Vale lembrar que, nos últimos trinta anos, os movimentos sociais de defesa e proteção dos direitos humanos vêm sistematicamente denunciando as práticas de violência em todo o país e, sobretudo, expondo as mazelas das camadas menos favorecidas da população.

A partir das décadas de 1970 e 1980, tais movimentos passaram a fazer uma forte pressão diante dos recorrentes casos de violação dos direitos humanos, de práticas de crime organizado e de violência do Estado em todo o país. Assim, conquistaram legitimidade na interlocução com o Estado na perspectiva de cobrar por ações efetivas no amparo às pessoas atingidas pelas diversas formas de manifestação da violência.

Essa legitimidade se consolidou ao longo dos anos, ainda mais com a realização de parcerias entre os movimentos sociais e as universidades, que passaram a realizar pesquisas sobre o tema.

Os dados destas pesquisas confirmavam a perpetuação da violência institucionalizada pelo Estado e o significativo incremento nos índices de criminalidade violenta no Brasil. Assim, fomentaram a discussão sobre a necessidade de criação de instrumentos de prevenção da violência e atendimento às “vítimas”.

A partir, principalmente, das crises da Igreja, das esquerdas e do sindicalismo – que a ditadura acirrou e aprofundou – forjaram-se diferentes práticas: algumas ligadas à “teologia da libertação”, outras que repensaram as propostas marxistas, a oposição armada à ditadura e o próprio movimento sindical. [...] Vários grupos surgiram resistindo às violências cometidas e lutando contra a impunidade vigente. Ainda hoje, tais grupos persistem na disposição de resistir considerando as condições concretas de existência daqueles que continuam sendo marginalizados. (BENEVIDES, COIMBRA & PASSOS, 2002, pp.17-18)

Embora os autores falem mais especificamente da violência institucionalizada pelo Estado, em especial aquela ocorrida durante o regime militar, eles apontam para a perspectiva anteriormente citada de que os movimentos sociais vêm ganhando legitimidade no cenário nacional, mormente, no que diz respeito à defesa dos direitos das populações menos favorecidas e marginalizadas.

No segmento “população menos favorecida e marginalizada”, cabe ressaltar que aqueles que se encontram nos estabelecimentos de internação – sejam para adultos, sejam para adolescentes “em conflito com a lei” – estão ainda mais vulneráveis a serem submetidos a situações de violência (BALESTRERI, 2004).

Tendo em vista o panorama de criminalidade violenta e de violência do Estado no país, no dia 13 de maio de 1996, foi lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Este consistiu em um extenso documento que sistematizou anos de embates entre o Estado brasileiro, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), os centros de pesquisa sobre violência, as associações de familiares de “vítimas” de todo o país e diversos outros representantes da sociedade civil organizada e não-organizada.

Embora não tenha sido cumprido na sua maior parte, o PNDH foi avaliado e revisado em 2001, cuja reformulação foi denominada de PNDH 2, e que também ainda se encontra longe de ter sido totalmente implementado.

O PNDH e o PNDH 2 apresentam centenas de propostas-diretrizes, formulando estratégias e ações voltadas à promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos no país.

No que tange ao objeto desta pesquisa, ambos os planos estimularam a criação e o funcionamento de programas e centros de apoio às “vítimas” de violência, principalmente, nas áreas com maiores índices de violência. Seu objetivo era disponibilizar assistência jurídica, social e psicológica às pessoas atingidas pela violência, bem como aos seus familiares, amigos e dependentes.

As Unidades Federativas, à medida que fossem aderindo às propostas do PNDH, deveriam possibilitar a implantação e a implementação dos centros de apoio, seja por meio da estrutura estatal ou de parcerias com a sociedade civil organizada – através das Organizações Não-Governamentais (ONGs). No entanto, apesar de o Estado ser incumbido desse intuito, a maior parte dos estabelecimentos de atendimento às “vítimas” de violência foi efetivamente implementado pelas ONGs.

Por um lado, fica manifesta a crescente legitimidade da sociedade civil na interlocução com o Estado nas questões relativas à garantia dos direitos humanos no Brasil. Por outro lado, com a reforma neoliberal no final do século XX, e a conseqüente implantação do Estado Social mínimo, o próprio Estado vai se esquivando cada vez mais de sua responsabilidade diante das políticas sociais (DAGNINO, 2002). Nesse movimento, tal responsabilidade passa a recair sobre a sociedade civil, mormente, as ONGs, que, em certo sentido, tornaram-se suas “prestadoras de serviço”.

Embora as ONGs tenham plena capacidade técnica para participar de toda a construção dos programas de promoção e defesa dos direitos humanos, desde o planejamento até a execução, muitas vezes elas são alijadas de boa parte desse processo, funcionando apenas como uma espécie de “terceirização” das funções do

Estado. Assim, reduzem – quando não, perdem – a capacidade de reivindicação política inerente aos movimentos sociais.

Em uma longa, mas esclarecedora passagem, Dagnino (2002) nos fala de uma “confluência perversa”, ao relacionar a articulação entre ONGs e Estado na atualidade:

Distinta do compartilhamento de um projeto político, a *complementaridade, por assim dizer, instrumental*, entre os propósitos do Estado e da sociedade civil, que parece conferir a alguns encontros um grau razoável de sucesso e estabilidade, é uma questão central cuja complexidade merece um tratamento mais detalhado. Sua centralidade se relaciona com o fato de que ela tem se construído nos últimos anos como uma estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal que exige o encolhimento das suas responsabilidades sociais. Nesse sentido, ela faz parte de um campo marcado por uma *confluência perversa* entre um projeto participatório, construído, a partir dos anos 80, ao redor da extensão da cidadania e do aprofundamento da democracia, e o projeto de um Estado mínimo que se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos. A perversidade está colocada no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, *ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva*. [...]

As relações entre Estado e ONGs parecem constituir um campo exemplar dessa confluência perversa. Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores “confiáveis” entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil, elas são freqüentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil (DAGNINO, 2002, p. 288-289, grifo no original).

Fica evidente, portanto, que o Estado passou sua responsabilidade para as ONGs, que em troca passaram a receber recursos financeiros para executar suas atividades.

Por volta de 1996, surgiram os primeiros programas de atendimento específicos às pessoas atingidas pela violência no Brasil, cuja execução ficou, na maioria das vezes, sob a atribuição de representantes da sociedade civil.

Denominados Provita¹⁹ (Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas), estes primeiros programas nasceram com o objetivo de dar garantia de vida e proteção às “vítimas” e testemunhas de crimes ameaçadas de morte que se dispunham a colaborar com a responsabilização judicial dos acusados.

Os Provita foram criados inicialmente para preservar as testemunhas de homicídios, principalmente aqueles cometidos por policiais, grupos de extermínio e “vítimas” do crime organizado. No entanto, hoje em dia também atendem outros casos como, por exemplo, aqueles relacionados à elucidação das redes de tráfico de drogas.

Atualmente, no Brasil, existem cerca de 10 programas estaduais de proteção às testemunhas e um programa federal ao qual estão vinculados.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, surgiram programas com outras vertentes, mas que mantinham semelhança na especificidade de atendimento às pessoas atingidas pela violência, embora não fossem dedicados à proteção de testemunhas.

Estes novos programas passaram a ser denominados genericamente de Centros de Apoio às Vítimas de Violência²⁰ e, em geral, também eram gerenciados por ONGs, em parceria com os Estados.

As Unidades Federativas começaram a criar seus centros de apoio: Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Alagoas, Pará, Paraíba, entre outros.

Nessa época, no Espírito Santo, grupos de senhoras e familiares de “vítimas” de violência (especialmente de homicídios), cujos casos não eram solucionados pela justiça, demandavam auxílio dos movimentos de defesa dos direitos humanos para acompanhá-las.

¹⁹ Atualmente, o Provita é regulamentado pela Lei Federal nº 9.807/1999 e pelo Decreto Federal nº 3.518/2000, embora o primeiro programa tenha sido instituído três anos antes, em Pernambuco.

²⁰ Na realidade, cada Estado denominou estes centros à sua maneira: CRAVI, NAV, CEAV, CAVCRIME, etc, mas, em termos gerais, todos eles seguiam a mesma linha de atendimento, independente da nomenclatura.

Essas pessoas se sentiam desprotegidas por falta de atenção dos sistemas de justiça e de segurança pública, e tentavam criar uma forma de pressão para que esses crimes fossem apurados pelo Estado. Além disso, também lutavam para que se formulassem maneiras de reduzir os índices de violência e criminalidade no Espírito Santo.

Então, iniciou-se o processo de criação de um grupo de reflexão e debate sobre a violência no Espírito Santo com o objetivo de prestar assistência e apoio às “vítimas” e seus familiares. Este grupo era composto por professores universitários, militantes de diversos movimentos sociais de defesa dos direitos humanos e pelas próprias “vítimas” e familiares.

Durante o processo de discussão, essas pessoas descobriram a existência de alguns serviços de apoio e atendimento às pessoas atingidas pela violência, nos moldes do PNDH, funcionando ou sendo implantados em outros estados.

Em Santa Catarina havia o Pró-CEVIC (Programa Catarinense de Atendimento à Vítima de Crime) e na Paraíba havia o CEAV (Centro de Atendimento às Vítimas da Violência). Também havia, em Minas Gerais, o NAV-CV (Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos), e em São Paulo, o CRAVI (Centro de Referência e Apoio a Vítimas). Todos os quatro centros estavam instalados nas capitais dos respectivos estados.

Estes centros eram especializados em oferecer assistência psicológica, social e jurídica às “vítimas” de violência. Tomando-os como norteadores, começou-se a buscar meios de criar um programa semelhante no Espírito Santo²¹.

As discussões ganharam forma através da elaboração de um projeto enviado à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), órgão executivo do governo Federal, e também à Secretaria de Estado de Justiça (SEJUS), órgão executivo do Estado do Espírito Santo.

²¹ Na realidade, em entrevistas informais realizadas com militantes dos movimentos de defesa e promoção dos direitos humanos no Espírito Santo, não ficou clara a cronologia de surgimento dos programas de atendimento às “vítimas” de violência.

Nesse bojo, no final de 2001, nasceu o Centro de Atendimento às Vítimas de Violência do Estado do Espírito Santo (CEAV-ES), pioneiro no estado capixaba nessa perspectiva. Este programa foi²² gerenciado por uma Organização Não-Governamental sem fins lucrativos associada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) – Regional Leste.

Dentre vários objetivos propostos, o CEAV-ES²³ almejava fomentar a política nacional de direitos humanos no Espírito Santo através do apoio e da assistência social, psicológica e jurídica gratuita às pessoas atingidas pela violência na Grande Vitória, da criação de instrumentos voltados à responsabilização daqueles que cometem violências, do suporte aos militantes e às organizações de defesa dos direitos humanos, do estímulo à criação de outros centros nos demais municípios da região metropolitana e da troca de experiências e informações com os diversos movimentos sociais.

No entanto, nesse movimento, um grupo mais aguerrido entendia que, da forma como esse programa havia sido constituído e da maneira como estava sendo conduzido, deixava-se de lado o ponto de vista político da questão da violência. Então, criou uma associação de familiares “vítimas” de violência, que atualmente é uma associação da sociedade civil.

No ponto de vista dos integrantes dessa associação, a parceria com o Estado, através da SEDH e da SEJUS, não avançava no sentido de fazer a pressão sobre os órgãos de Justiça e Segurança Pública estaduais. Segundo os mesmos, as respostas do Estado eram sempre insuficientes e insatisfatórias na resolução dos diversos casos de violência ocorridos no Espírito Santo.

Assim, pudemos ver, de forma bastante sucinta e objetiva, que o próprio surgimento dos centros de apoio às “vítimas” já nasceu em um processo histórico e político conturbado e que de maneira alguma pode ser classificado como unânime e homogêneo.

²² Como veremos mais adiante, o CEAV-ES encerrou suas atividades em 31 de dezembro de 2007, quando o governo Federal, através da SEDH, decidiu não renovar a parceria com a entidade gestora, alegando mudanças na política nacional de direitos humanos.

²³ CEAV-ES, CEAV, centro de apoio e centro de atendimento serão considerados sinônimos.

3.1 Descrevendo seu funcionamento

Apesar das particularidades de cada estado e de cada local, em geral, a metodologia de atendimento dos centros de apoio às “vítimas” de violência funciona de maneira semelhante em todo o país.

Através de uma busca espontânea ou de encaminhamentos feitos por diversos órgãos e estabelecimentos – hospitais, delegacias de polícia, juizados, ministério público, etc, ou seja, aqueles que já faziam o atendimento às pessoas que sofriam todo tipo de violência antes de surgirem os centros de apoio – as “vítimas” são acolhidas por assistentes sociais e psicólogos que, primeiramente, colhem os dados pessoais (nome, idade, endereço, escolaridade, profissão, informações familiares, etc) e as principais informações sobre o caso (situação de violência que as levaram à procura pelo centro de apoio, instrumento utilizado na agressão, motivo da agressão, identificação do agressor, existência ou não de vínculos entre “vítima” e agressor, município e bairro onde ocorreu a violência, entre outros).

Em alguns estabelecimentos, como no caso do CEAV-ES, o primeiro atendimento também é realizado por um advogado ou técnico jurídico (em outros centros, o encaminhamento jurídico é realizado posteriormente), que busca informações para instruir e acompanhar um possível mecanismo processual.

As informações colhidas nos atendimentos são armazenadas em um banco de dados eletrônico, que é alimentado sempre quando ocorrem novos atendimentos com a mesma pessoa ou com seus familiares, garantindo um histórico do acompanhamento da “vítima”. Além disso, o banco de dados serve para gerar relatórios estatísticos, gráficos e tabelas, cruzando as informações coletadas.

Em geral, os atendimentos são realizados individualmente com a pessoa que se sentiu violentada. Em ocasiões eventuais, toda a equipe técnica²⁴ realiza o

²⁴ Equipe técnica é o nome que geralmente se dá ao conjunto de profissionais dos centros de apoio que realizam os atendimentos às “vítimas”, em contraposição à equipe administrativa, que cuida dos trâmites burocráticos do estabelecimento.

atendimento em conjunto. Existem, também, casos em que ocorre o atendimento familiar, embora sejam exceções à regra do atendimento individual.

Após o primeiro atendimento, é comum que a equipe técnica – geralmente composta por psicólogo, assistente social e advogado – se reúna para discutir e analisar o atendimento e, inclusive, definir se seria ou não um caso de violência (ou melhor, se a demanda apresentada preenche os critérios de acompanhamento por parte do centro), ou se há necessidade de encaminhar a pessoa para outro programa. Essa reunião funciona como uma espécie de triagem, definindo as pessoas que serão efetivamente consideradas usuárias do centro – isto é, se são consideradas ou não “vítimas” de violência – ou apenas receberão orientações gerais, sendo posteriormente encaminhadas para algum outro órgão.

Em seguida, os solicitantes que são considerados como usuários do centro de apoio – e, conseqüentemente, “vítimas” – são contactados para agendar novos atendimentos, nos quais serão abordados aspectos mais específicos sobre o caso.

No aspecto social, as pessoas atingidas pela violência recebem assistência familiar, capacitação e orientação profissional, encaminhamento para tratamento médico, acionando os mecanismos governamentais e não governamentais disponíveis para cada procedimento.

No âmbito psicológico, há o acompanhamento terapêutico individual das “vítimas”, bem como de seus familiares, focalizando não somente os fatores que determinaram a ocorrência do processo de vitimização²⁵, mas a intervenção com o objetivo de superar a situação de violência.

O acompanhamento psicológico da família da “vítima” é muitas vezes considerado importante, tendo em vista que, em certas ocasiões, a dinâmica familiar é direta ou indiretamente afetada.

²⁵ Vitimização, processo de vitimização ou vitimação é o processo mediante o qual alguém se torna “vítima”.

O suporte jurídico é fornecido por um advogado, que orienta a “vítima” no sentido de registrar a ocorrência e representar criminalmente²⁶ contra o autor da violência, embora fique a cargo da “vítima” decidir ou não pela representação. Além disso, o técnico jurídico acompanha o andamento do processo judicial, instruindo a pessoa a como proceder na audiência com o juiz.

Ao longo dos atendimentos, a equipe técnica se reúne diversas vezes para avaliar conjuntamente os casos e trocar informações pertinentes aos acompanhamentos como, por exemplo, a evolução processual jurídica, a “cura” do “trauma psicológico” de ter sido atingido pela violência, a inserção em programas sociais, etc.

Consideram-se encerrados os casos quando as demandas foram sanadas (o processo judicial foi transitado em julgado com ou sem condenação, o psicólogo deu “alta” ao paciente, os encaminhamentos sociais foram realizados com êxito), quando o usuário do centro decide encerrar a demanda por conta própria ou, ainda, quando, por qualquer motivo, a equipe perde contato com o usuário ou este deixa de comparecer e não retorna mais.

Abstraindo-se as particularidades referentes ao funcionamento de cada centro de apoio, percebemos que estes se configuram em espaços privilegiados para se problematizar a questão das “vítimas” de violência.

4. Sobre a experiência

Existem vários significados para a palavra experiência – ou experimentação. Experiência pode significar uma hipótese que é testada por meio de exames e provas cujos resultados indicam conclusões, confirmando ou não a veracidade da hipótese suscitada. Assim, um pesquisador pode lançar mão de hipóteses e, através

²⁶ Representação criminal é o termo jurídico que indica que a “vítima” tem a intenção de processar judicialmente o acusado de autoria da agressão. Em alguns tipos de crime, como por exemplo os de lesão corporal e de estupro, para que seja iniciado um processo judicial, é necessário que a “vítima”, no ato de registro do boletim de ocorrência, manifeste verbalmente à autoridade policial a intenção de representar criminalmente o autor da agressão.

da realização de experimentos, concluir ratificando ou retificando sua teoria inicial. Experiência seria, ao mesmo tempo, sinônimo de experimental e de prova, demonstração. Seria, também, o conjunto de conhecimentos, científicos ou não, que são acumulados historicamente pelas sociedades.

Por outro lado, seu significado também pode remeter à vivência, entendida como algo experimentado individual ou coletivamente e que se tem em certo momento da vida. Isto ocorre quando alguém pensa em suas experiências de vida, por exemplo: se já foi “vítima” de violência ou se conhece alguém que já foi; o que pensa, sente ou já ouviu dizer sobre isso.

Próximo a este segundo significado, também podemos compreender experiência no sentido amplo de “prática de vida”. Nesse sentido, falamos que alguém tem experiência de vida, ou que uma pessoa é experiente porque já passou por muitas situações ao longo da vida. Este significado remete, ainda, à idéia de habilidade e perícia adquiridas com o exercício constante e contínuo de uma atividade ou profissão.

A palavra experiência também pode indicar o conhecimento que nos é transmitido por meio dos sentidos, das sensações e das percepções. Desse modo, falamos de conhecimentos empíricos para expressar aqueles adquiridos por meio de tentativas e erros, num agrupamento de idéias a partir da observação cotidiana do mundo, sem rigor científico, ou, ainda, através da forma espontânea e imediata de entendermos o que experimentamos, por exemplo.

Baseando-nos em Foucault (1984), propomos, ainda, outro sentido para esta palavra. Por experiência, diferentemente de uma visão fenomenológica e antropológica, entendemos a correlação entre campos de saber (formação dos saberes, por exemplo, em relação às vítimas de violência), tipos de normatividade (em referência aos sistemas de poder que regulam as práticas referentes aos processos de vitimização) e formas de subjetividade (modos pelos quais as pessoas se reconhecem como “vítimas” de violência).

Nesse sentido, analisar a violência como um campo da experiência é se perguntar como determinados conjuntos de práticas, até então não problemáticas (a questão das “vítimas”, por exemplo), tornou-se motivo de preocupação para as pessoas.

4.1 Campos de saber

De acordo com Foucault (2007), saber não se resume ao que chamamos de conhecimento – no sentido de perceber, adquirir informações ou ter consciência de algo ou de si. Saber não é conhecer algo/alguém. Também não é sinônimo de ciência, embora a ciência seja uma forma sistematizada e privilegiada de saber.

Um texto literário, uma música, uma obra pictórica ou a fala de um usuário do CEAV, por exemplo, são manifestações dos campos de saber de uma determinada época histórica, embora não sejam necessariamente conhecimento nem ciência. As formas de expressão do saber definem um campo em que “... ciência e poesia são, igualmente, saber” (DELEUZE, 2006, p. 31).

Isso não quer dizer que nossa sociedade não produza/reproduza estatutos hierárquicos entre uma ciência, uma obra literária, um conhecimento empírico ou o senso comum. Ao contrário, ela separa e hierarquiza os discursos, classificando-os como verdadeiros ou não.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12).

O saber é, também, o solo positivo no qual é possível delimitarmos historicamente diferentes limiares éticos, políticos, perceptivos, imaginários, etc. Cada um destes limiares compõe uma variável do saber em uma determinada época.

Em outras palavras, o saber é uma produção de formas de “dizer” e de “ver” o mundo (DELEUZE, 2006), de combinações de “práticas discursivas” e de “práticas não-discursivas” de um estrato ou formação histórica²⁷.

Ainda de acordo com a leitura de Deleuze (2006, p. 60-61):

[...] não há nada antes do saber, porque o saber, na nova conceituação de Foucault, define-se por suas combinações do visível e do enunciável²⁸ próprias para cada estrato, para cada formação histórica. [...] Há apenas práticas, ou positivities, constitutivas de saber: práticas discursivas de enunciado e práticas não discursivas de visibilidades.

Práticas discursivas, ou discursos, constituem dizibilidades, formas de falar e fazer falar, compondo o conjunto de tudo aquilo que é dito em um determinado momento histórico. Práticas não-discursivas são instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos, configurando visibilidades, formas de ver e fazer ver (DELEUZE, 2006). No entanto, os discursos não deixam de se remeter às visibilidades, assim como as práticas não-discursivas também dizem respeito ao discursivo.

As práticas discursivas e as práticas não-discursivas são heterogêneas, isto é, de diferentes “naturezas”. Porém, elas estão relacionadas mutuamente; umas e outras se mantêm em contato permanente sem se pertencerem.

Como dissemos anteriormente, cada formação histórica tem suas próprias formas de saber – de ver e de dizer – que lhes são correlatas. A Arqueologia faz um arquivo audiovisual, analisando as coisas ditas justamente porque foram ditas (FOUCAULT, 2007).

²⁷ Segundo Deleuze (2006, p. 60), “o que é estratificado não é objeto indireto de um saber que surgiria depois, mas constitui diretamente um saber: a lição das coisas e a lição da gramática”. Estrato, formação histórica, ou ainda, estrato histórico (todos sinônimos), são feitos de coisas e de palavras, de visível e de dizível, de ver e de falar, “de regiões de visibilidade e campos de legibilidade” em um espaço ou momento singular.

²⁸ Enunciável, dizível, prática discursiva ou, simplesmente, discurso é o conjunto de regras que permitem, em uma determinada formação histórica, falar e fazer falar.

Mesmo as lacunas e os espaços deixados pelo discurso não devem ser entendidos como significações ocultas a serem desveladas, pois são justamente estes espaços “em branco” que marcam sua positividade.

Em conformidade com Foucault (2007, p. 43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...]. Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. [itálico no original]

Definir um saber é, então, descrever as regras de formação e de dispersão de uma formação discursiva e não-discursiva, com relação ao seu objeto, campo conceitual, tipos de enunciado e tema.

Como podemos apreender do que já foi exposto nos capítulos anteriores, o estrato de formação dos atuais discursos sobre as “vítimas” de violência está relacionado, dentre outros fatores, à emergência histórica dos movimentos de defesa e proteção dos direitos humanos, principalmente após as duas guerras mundiais.

Temos, assim, a partir dessa época, acúmulo, sem precedentes, de documentos, relatórios, estatísticas, pesquisas, princípios, declarações, leis, etc, que configuram determinadas formas de falar e fazer falar sobre a violência. Por outro lado, neste mesmo período de tempo, também assistimos à proliferação de espaços institucionais que fazem ver as “vítimas”: delegacias, juizados especializados, núcleos e centros de apoio, entre outros.

Ao longo da segunda metade do século XX, a formalização dessas práticas discursivas e não-discursivas delimitou um campo de saber sobre o fenômeno da violência no contemporâneo, constituindo determinado “rosto” para as “vítimas” e

para os “agressores”: pessoas jovens, negras, pobres, com pouca ou nenhuma escolaridade e moradores das periferias das grandes cidades (COIMBRA, 2001). Delimitou, ainda, que personagens são competentes e estão autorizados a falar sobre o assunto: psicólogos, sociólogos, médicos, advogados, etc.

Dentro deste campo de saber formalizado, um conjunto de práticas discursivas e não-discursivas passou a se destacar e centralizar os enunciados sobre as “vítimas”, sob pretenso cunho científico.

Assim, em meados da década de 1950, surgia a Vitimologia²⁹ como um suposto ramo científico, derivado da Criminologia, cujo objetivo era conhecer a dinâmica criminal do ponto de vista da “vítima”, de seu comportamento, de sua relação com o agressor, e o seu papel no processo vitimizante (PIEDADE JÚNIOR, 1993).

As primeiras pesquisas sobre Vitimologia visavam classificar e tipificar as “vítimas”, contribuindo para disseminar ideias de que elas, como partes integrantes dos eventos delituosos, também teriam responsabilidade pela violência sofrida, em maior ou menor grau, de acordo com sua conduta.

Considerado por muitos o fundador da Vitimologia, Mendelsohn, citado por Piedade Júnior (1993), classificava as “vítimas” em:

- Vítimas completamente inocentes, vítimas menos culpadas do que o vitimizador, ou vítimas por ignorância;
- Vítimas tão culpadas quanto o vitimizador, ou vítimas provocadoras;
- Vítimas mais culpadas do que o vitimizador, ou pseudovítimas;
- Vítimas como únicas culpadas, ou vítimas agressoras.

Nos dizeres de Eduardo Mayr (2001, p. 86):

²⁹De acordo com Eduardo Mayr (2001), Vitimologia é a ciência que estuda a “vítima” no que se refere às suas características de personalidade, inter-relação com o vitimizador, causas de vitimização, prevenção e reparação, entre outros processos biopsicossociais que possam explicar o processo que leva uma pessoa ou grupo a tornar-se “vítima”.

No estudo da tipologia da vítima, [...] a vítima nem sempre é aquela pessoa inofensiva, inocente ou passiva, pois muitas vezes pode ter exercido uma cooperação relevante, acidental, negligente ou até mesmo dolosa na conduta do seu vitimizador.

Ainda de acordo com Mayr (2001), os estudos vitimológicos buscam explorar meios para descobrir as “vítimas” em potencial e as situações vitimizantes. Nesse sentido, o discurso vitimológico afirma que certas características inerentes a determinada pessoa aumentam ou diminuem a probabilidade de vitimização³⁰, isto é, de ser vitimizada.

Seguindo a linha das bases jurídicas da Vitimologia, Damásio de Jesus (2001) denomina “ações a próprio risco” as situações em que a “vítima” também participa do fato danoso. Em resumo “ações a próprio risco” são condutas da “vítima” que expõem-na ao perigo, de modo que o resultado danoso é interpretado como consequência das suas próprias ações.

Em contraposição a esses preceitos vitimológicos, vislumbramos outras práticas discursivas e não-discursivas, as quais, ao invés de culpabilizar as “vítimas” pela agressão sofrida, estimulem a criação de programas de assistência e apoio, fomentem e incentivem mudanças legislativas visando a proteção e reparação pelos danos sofridos e, principalmente, busquem colocar em análise o fenômeno de violência como relação histórico-social, e não apenas como um ato isolado.

Indo ao encontro desse anseio, em 1985, no Sexto Congresso de Prevenção do Crime e Tratamento dos Delinquentes, realizado em Milão, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), com o voto do Brasil, editou a “Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas de Criminalidade e de Abuso de Poder”, ratificada pela resolução 40/34, em 1986.

A partir desta Declaração,

Entendem-se por “vítimas” as pessoas que, individual ou coletivamente, tenham sofrido prejuízos, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral,

³⁰Vitimização é o processo de tornar-se "vítima".

uma perda material ou um grave atentado aos seus direitos fundamentais, como consequência de atos ou de omissões violadores das leis em vigor num Estado membro, incluindo as que proíbem o abuso de poder” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, SEXTO CONGRESSO DE PREVENÇÃO DO CRIME E TRATAMENTO DOS DELINQUENTES, 1985).

A Declaração estabelece, ainda, que o termo “vítima” é extensivo aos familiares e terceiros próximos à pessoa que sofreu diretamente o prejuízo, assim como àqueles que, ao intervirem para auxiliar ou prestar assistência às “vítimas”, também tenham sofrido algum prejuízo.

Além disso, enumera os quatro princípios básicos com relação aos seus direitos, a saber:

- Acesso à justiça e tratamento equitativo;
- Obrigação de restituição e de reparação;
- Indenização;
- Serviços assistenciais prestados às vítimas.

Com relação ao acesso à Justiça e tratamento equitativo, a Declaração estabelece diversas diretrizes para criar ou reforçar mecanismos judiciais e administrativos que permitam às “vítimas” não apenas acessarem efetivamente a justiça como também possibilitem que elas possam ser ouvidas em suas opiniões e preocupações, e que estas tenham encaminhamentos adequados em ambas as esferas.

Também aponta a obrigação de restituição e reparação dos danos sofridos, tanto por parte do Estado quanto por parte do (s) autor (es) da violação. Além disso, incentiva o estabelecimento e a expansão de fundo nacionais de indenização às “vítimas”. A esse respeito, no Brasil existem pelo menos três projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, mas que nunca foram aprovados até hoje³¹.

³¹São os Projetos de Lei nº 7.012, de 2002; nº 2.143, de 2003; e nº 3.503, de 2004.

No que diz respeito aos serviços assistenciais, afirma que as “vítimas” têm o direito de receber apoio material, médico, psicológico e social de que necessitem, por meio de organismos governamentais e não-governamentais.

Finalmente, a Declaração define abuso de poder como qualquer forma de violação dos direitos fundamentais, individuais ou coletivos, como consequência de atos violadores da integridade física ou mental das “vítimas”, mesmo que tais atos ainda não sejam previstos criminalmente nas leis em vigor num Estado membro.

Aponta, ainda, que os Estados deveriam adotar os mecanismos necessários para proibir qualquer ato que constitua grave abuso de poder, sobretudo político e econômico, garantindo, ainda, a preservação e reparação dos direitos das “vítimas” de qualquer forma de abuso de poder.

4.2 Tipos de normatividade

Todo campo de saber pressupõe tipos de normatividade ou exercícios de poder e, reciprocamente, toda relação de poder constitui campos de saber que lhe são correlatos. O saber não é resultado ou efeito do poder, é ele próprio uma peça da relação de poder. As formações discursivas e não discursivas são atravessadas por mecanismos de poder, ou seja, o discurso é aquilo pelo que se luta para exercer o poder (FOUCAULT, 1996).

Segundo Foucault (2008), até o final do século XVII, o soberano exercia seu direito de vida e de morte “fazendo morrer ou deixando viver” seus súditos. O paradoxo do poder soberano era justamente que ele só se exercia sobre a vida dos súditos a partir do momento quando o soberano podia matá-los (FOUCAULT, 1988; 1999).

Os mecanismos jurídico-legais da expropriação (de impostos, de terras, de trabalho) e dos suplícios são os principais modelos do poder soberano (FOUCAULT, 1986; 2008). Seu modo de funcionamento é prescrever proibições para os atos que, ao

colocarem o soberano em risco, colocam em risco toda a sociedade, não sendo permitido praticá-los. Para cada proibição estipula-se um crime; para cada crime, uma punição.

Esses mecanismos também operam por meio da oposição binária entre crime e legalidade. É nesse sentido que se pode dizer que a lei é a integração dos ilegalismos (DELEUZE, 2006). Oposições entre legal e ilegal, culpado e inocente, "vítima" e agressor, crime e punição.

Em termos gerais, no antigo sistema jurídico-legal a "vítima" era vista como o contraponto da ação do agressor. Havia uma "vítima" porque alguém havia cometido uma ação criminosa/delituosa.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, as profundas transformações sociais ocorridas durante o processo de industrialização e urbanização marcaram a "assunção da vida pelo poder" (FOUCAULT, 1999, p. 285-286). Esse período foi considerado por Foucault como o momento de emergência de duas formas de poder, distintas e complementares: (a) poder disciplinar, ou anátomo-política do corpo humano; e (b) biopoder, ou biopolítica da espécie humana.

Nascidas no século XVIII, as disciplinas (ou poder disciplinar) caracterizam-se por serem formas de poder centradas no corpo individual, na distribuição espaço-visual (separação, classificação e hierarquização) e na vigilância individualizada. Diferentemente da soberania, o poder disciplinar, no fundo, não visa necessariamente reprimir, expropriar ou supliciar, mas sim majorar as forças individuais, tornando-as úteis e dóceis.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma 'aptidão', uma 'capacidade' que ela procura aumentar; e inverte

por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1986, p. 119).

Os dispositivos de vigilância e correção correspondem às disciplinas. Sua emergência histórica está ligada ao desenvolvimento das técnicas celulares nos monastérios, ao processo de pedagogização e institucionalização da escola, ao ensino das artes militares, ao nascimento das técnicas de encarceramento e às transformações que levaram à radical distinção entre a manufatura e a padronização dos gestos no trabalho das fábricas (FOUCAULT, 1986).

Todos esses diferentes mecanismos, com suas diferentes histórias, com os meios que lhes são particulares, têm em comum a função de adestrar e domesticar os homens, isto é, caracterizam o processo de “disciplinarização”³² da sociedade.

Uma das principais características das disciplinas é a produção de um corpo ou de corpos individuais (FOUCAULT, 1979; 1986). Corpo esquadrinhado, desenhado, repartido, analisado. As disciplinas produzem, transformam e individualizam os corpos. Seja na prisão, no monastério, na escola, no exército ou na fábrica (e, por que não num centro de apoio?), em todos esses espaços, cada gesto é milimetricamente calculado e os diversos gestos são harmonizados em conjunto, de modo que os corpos são mecânicos e geométricos.

Através de mecanismos como a vigilância, a normalização e o exame, busca-se reconhecer e corrigir cada gesto “desviante” (FOUCAULT, 1986). Como descobrir o indivíduo agressor (ou possível agressor), antes mesmo de ele agir? Como identificar indivíduos mais propensos a serem vitimizados?

Sendo assim, os dispositivos disciplinares visam identificar uma “vítima” ou provável “vítima”, por meio de seus comportamentos e de seus gestos, de suas relações com o agressor e com o evento vitimizante.

³² Foucault (1986) utiliza o termo poder disciplinar. Contudo, com o termo disciplinarização, no sentido de que o exercício do poder disciplinar é um processo contínuo, cremos que não ofendemos o conceito construído pelo autor.

Por outro lado, a partir da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, emerge uma nova tecnologia de poder centrada na vida, integrando-se às disciplinas. Se, em uma perspectiva, o poder disciplinar individualiza os seres humanos, em outra, os mecanismos biopolíticos, ou dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008), investem na vida humana como espécie biológica.

[...] A disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.” (FOUCAULT, 1999, p. 289).

O campo de intervenção do biopoder circunscreve os problemas relativos à estatística e à demografia, tais como a natalidade, a fecundidade, as doenças, a morbi-mortalidade e todos os fatores permanentes que podem ocasionar a subtração das forças e do tempo de trabalho ou gerar aumento dos custos econômicos relacionados ao que deixou de ser produzido. Enfim, tudo aquilo que pode intervir na vida do homem enquanto espécie biológica e também na relação da espécie humana e o seu meio de existência (FOUCAULT, 1999).

Biopolítica da espécie humana e anátomo-política do corpo humano não são antagônicas. Também não há que se falar em substituição de uma sociedade pela outra (ou soberania ou disciplina ou biopolítica). Ao contrário, elas integram-se em mecanismos complementares de controle e regulação dos homens. Em outras palavras, as sociedades contemporâneas têm como alvo gerir a vida e fazer majorar as forças vitais (FOUCAULT, 1999).

[...] nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população. E gerir a população não queria dizer simplesmente gerir a massa coletiva dos fenômenos ou gerí-los somente ao nível de seus resultados globais. [...] a idéia de um novo governo da população torna ainda mais agudo o problema do fundamento da soberania e ainda mais aguda a necessidade de desenvolver a disciplina. Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental,

que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais (FOUCAULT, 1979, p. 291).

No entanto, se o alvo do biopoder é a gestão da vida da população, como compreender que milhares de pessoas – ou até mesmo milhões – possam ser expostas à morte todos os dias? Como explicar que milhões de pessoas fiquem desempregadas, morram de fome, padeçam de doenças ou sejam “vítimas” das guerras e da criminalidade urbana? Como aceitar a morte, isto é, como aceitar que se tire a vida?

Em primeiro lugar, não é “a” vida que se quer preservar ou gerir, mas determinados tipos de vida, em detrimento de outros. As novas formas de exercício do poder têm como função e objetivo imiscuir-se sobre a vida da população, não para manter a paz nem para suspender os desequilíbrios econômicos e sociais, mas sim para

[...] reinscrever perpetuamente estas relações de forças, através de uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos (FOUCAULT, 1979, p. 176).

No limite, aumentar os riscos de exclusão de um indivíduo ou de uma população inteira é deixá-los morrer.

É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 1999, p. 306).

A eliminação dos riscos ao progresso da sociedade e o fortalecimento da espécie humana são, então, as condições de aceitabilidade da exclusão, da miséria e da violência contra determinados segmentos da população (FOUCAULT, 1999). Para produzir a morte, é necessário, portanto, aceitar que o risco à vida seja eliminado. O direito de matar – de tirar a vida – só pode ser exercido em nome do direito de viver.

No Brasil, algumas dessas tecnologias de gestão da vida passaram a delinear contornos particulares à nossa realidade a partir da Doutrina de Segurança Nacional

(COIMBRA, 2001). Seguindo esta Doutrina, era necessário eliminar todas as formas de oposição para que o país avançasse rumo ao desenvolvimento dos chamados países de primeiro mundo.

Os opositores políticos da Doutrina de Segurança Nacional eram considerados inimigos da pátria, visto que colocariam em risco o futuro e o progresso da nação. Nesse sentido, justificava-se o controle, a perseguição política, a tortura e o extermínio, como formas de manter a sociedade livre dos indivíduos perigosos (COIMBRA, 2001).

Passado o período da ditadura militar, o Brasil entrou em um período de forte recessão econômica, que ficou marcado como “a década perdida”. Como resultado, o que se viu foi o aumento progressivo das taxas de inflação e de desemprego, coincidindo também com o recrudescimento da criminalidade violenta e das ações de repressão por parte das forças policiais.

Era preciso, então, encontrar novos inimigos da pátria, de modo a expiar a culpa pela situação em que o país se encontrava, sem que com isso a ordem vigente fosse colocada em questão.

Assim, durante as décadas de 1980 e 1990, disseminaram-se inúmeras campanhas nos principais meios de comunicação associando à pobreza as causas da crise econômica e do crescimento da criminalidade violenta. Em suma, a violência passou a ser identificada com a pobreza e os pobres passaram a ser vistos como uma “classe perigosa” (COIMBRA, 2001).

Atualmente, o resultado dessa lógica tem sido a eliminação da pobreza; eliminação que se dá não pelas políticas públicas de justiça social, mas, principalmente, pelo extermínio físico de milhares jovens pobres ao ano (COIMBRA, 2001).

4.3 Formas de subjetividade

Em seus últimos escritos, Foucault (1984) trabalha a temática da subjetividade entendida como uma terceira dimensão da experiência, em correlação com as duas outras anteriormente citadas: o saber e o poder. A noção de subjetividade está relacionada com os modos pelos quais os indivíduos se reconhecem como sujeitos da experiência.

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, a subjetividade geralmente é considerada como equivalente a um “eu” que seria portador de uma verdade sobre si. Este “eu” se constituiria internamente e o autoconhecimento seria o caminho seguro para seu desenvolvimento sadio, que se quer pleno. A cada fase ou etapa superada no seu desenvolvimento, o “eu” caminha da imaturidade em direção à maturidade realizada.

Isso pode ser visto claramente quando as pessoas são estimuladas a refletirem sobre si mesmas, como forma de consciência de suas ações e de crescimento interior, ao mesmo tempo em que são incentivadas a falar sobre isso. O autoconhecimento, por sua vez, forneceria os meios para o bom desenvolvimento das relações interpessoais, do respeito mútuo, da civilidade, das boas maneiras, das condutas ordeiras e não violentas.

No que diz respeito às “vítimas” de violência, por exemplo, o exercício de falar e de conhecer a si mesmo é estimulado em face das circunstâncias que levaram à vitimização, aos sentimentos, às sensações e ao sofrimento que esta vitimização tenha acarretado, às perspectivas de “superação” ou de “cura” do trauma da violência.

Nesse sentido, a subjetividade é compreendida como sinônimo de personalidade, intimidade, interioridade, essência, identidade ou individualidade. No entanto, essas são algumas das formas que ela pode assumir. Com elas, estabelecemos uma relação de verdade e acreditamos que sempre fomos assim e continuaremos sendo. Falamos, então, de formas-subjetividade.

Pensamos a subjetividade como podendo assumir diferentes formas. O que significa podermos perceber o contemporâneo como um jogo de forças que fala de desejos e de medos que se fazem presentes em nosso cotidiano. Contudo, significa também pensarmos que as formas assumidas pela subjetividade na atualidade não são as últimas e nem são as únicas. Nesse campo de forças, outras formas podem ser criadas quando permitimos o acesso ao intempestivo, ao estranho, ao desconhecido, ao inatural, ao devir sempre-outro (MACHADO, 1999, p. 216).

Em nosso ponto de vista, a noção de subjetividade não é equivalente à individualidade, nem interioridade (como oposto à exterioridade), nem também personalidade ou intimidade. Também não remete a um sujeito já dado ou à essência do ser humano, nem à oposição subjetivo-objetivo (ou sujeito-objeto) – na qual subjetivo é tudo aquilo que pertence ao campo interiorizado de cada indivíduo, e objetivo remete ao que existe de fato.

O que acreditamos ser nossa personalidade, nosso mais íntimo desejo, são expressões-em-nós da história de nossa época. A própria necessidade de acreditarmos que temos coisas que nos são particulares e que nos diferenciam do resto do mundo é uma produção própria do momento em que vivemos hoje. Nós somos atravessados por toda uma complexa teia de aspectos desejantes, políticos, econômicos, científicos, tecnológicos, familiares, culturais, afetivos, televisivos... Entretanto, cada um de nós tem uma história de vida que é singular e que não é interior. É como se inúmeras peças de um jogo se embarlhassem de formas variadas e com intensidades distintas fazendo com que afirmássemos essa composição como sendo nosso eu ou nossa individualidade. Mas em cada momento histórico as peças se modificam, algumas se introduzem, algumas se mantêm e outras vão sendo esquecidas. Experimentamos a composição de algumas delas ao longo de nossas vidas e muitas vezes, querendo ou não, elas se embarlham e assumem outras formas (Machado, 1999, p. 220)

Subjetividade refere-se, portanto, à invenção de formas de existência; formas que se individualizam circunstancial e provisoriamente de múltiplas maneiras. São processos de construção da experiência. Assim, a subjetividade é histórica, não-natural e, portanto, mutável.

Poderíamos falar, então, de modos de subjetivação, processos de subjetivação ou, ainda, modos de existência, já que apontam diferentes e mutantes formas de vida.

Nas palavras de Candiotta (2008, p. 88):

Subjetividade [...] aqui se refere não à identificação com o sujeito como categoria ontologicamente invariável, mas a modos de agir, a processos de subjetivação modificáveis e plurais.

Formas-subjetividade e modos de subjetivação compõem aspectos presentes na constituição da subjetividade. As formas-subjetividade são configurações provisórias que tendem à estabilidade, mesmo que provisória, cristalizando-se em determinados momentos ou épocas históricas. Por exemplo, a forma-subjetividade indivíduo é uma característica das sociedades intimistas, nas quais a esfera privada é supervalorizada.

Por outro lado, os modos de subjetivação – também sempre históricos – referem-se à processualidade da vida, à força das transformações que se desfazem e se refazem, num constante movimento de dissolução das formas dadas e cristalizadas (MACHADO, 1999).

Ainda segundo Machado (1999), subjetividade é a configuração de uma rede cujos fios, que são compostos de diversos materiais de expressão (palavras, gestos, musicalidades, fluxos monetários, informações midiáticas, sensibilidades, conhecimentos, etc), se entrelaçam e se embaralham. A cada momento histórico os fios se embaralham novamente, adquirindo outras formas, divergindo, convergindo, envergando, fazendo dobras. Estas dobras são as formas provisórias que adquire a rede constituída de emaranhados de fios.

A subjetividade pode ser pensada então como sendo formada por dobras. Mas as dobras são a própria rede, ou melhor, nós somos a própria rede, assim como o sistema econômico, político, educacional, etc, também são. As dobras são formas que se produzem e conferem um sentido específico para o que chamamos desejo, trabalho, arte, religião, etc. (MACHADO, 1999, p. 213).

As dobras também conferem um sentido específico para o que chamamos "vítima" de violência, por exemplo. Nesse sentido, a forma-subjetividade "vítima" configura determinadas maneiras de sentir, pensar e agir para aqueles que sofreram algum tipo de violência.

Atualmente, ela cristaliza modos de vida traduzidos pelo individualismo (as experiências das “vítimas” de violência são individuais, referem-se aos indivíduos que sofreram as violências e somente a eles), intimismo (as experiências são íntimas, interiorizadas, relacionadas às histórias de vida e emoções particulares), especialismos (não é qualquer um que pode falar sobre a violência, pois esta deve ser tratada por profissionais capacitados que detêm a verdade sobre o assunto), etc.

Aos movimentos das dobras – que fazem, desfazem e refazem as formas-subjetividade – Deleuze (2006) denomina o lado de dentro do pensamento. Um lado de dentro que não seria o oposto do lado de fora, mas sim o resultado das dobras que se imprimem pela força em relação consigo mesma.

Dentro e fora não se contrapõem como numa oposição binária: ou dentro ou fora. Ao contrário, dentro e fora se constituem a partir das invaginações e evaginações da força que dobra sobre si mesma. A subjetividade é a dobra da força, no sentido de que a força se relaciona consigo mesma.

A subjetividade é a forma que a força adquire na relação de si para consigo. Já os modos de subjetivação correspondem aos processos pelos quais as forças se dobram e desdobram. Em resumo, poderíamos afirmar que subjetividade é forma e subjetivação é processo, não havendo contraposição entre uma e outro.

O que pertence ao lado de fora é a força, porque em sua essência ela é relação com outras forças: em si mesma, ela é inseparável do poder de afetar (espontaneidade) e de ser afetada (receptividade). Mas, o que decorre, então, é uma relação da força consigo, um poder de se afetar a si mesmo, um afeto de si por si (DELEUZE, 2006, p. 108).

Afeto de si por si é, portanto, uma característica dos processos de subjetivação, isto é, constitui subjetividades. Nesse sentido, o si emerge das/nas relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo. Em conformidade com Benevides (2007), podemos afirmar que o indivíduo é uma forma/fôrma hegemônica para a subjetividade.

Por modo de subjetivação entendemos os processos de constituição da subjetividade. Nessa perspectiva, a subjetividade não se confunde com uma transcendência, um já-dado, um em si, um já aí. São processos que tanto construirão objetos, quanto conformarão modos de existir. Quando nos referimos, portanto, a modos de subjetivação, os estamos tomando em seu sentido intensivo, isto é, enquanto maneira pela qual, a cada momento da História, prevalecem certas relações de poder-saber que produzem objetos-sujeitos, necessidades e desejos. Assim é que nos séculos XVII/XVIII a individualização era um modo dominante de constituição dos objetos-sujeitos. Pouco escapava a esta forma/fôrma que chamarei aqui de 'modo-indivíduo'. (BENEVIDES, 2007, p. 45)

Em nossa sociedade, a violência tem sido vivida como uma experiência individual, através da qual a “vítima” também pode ser entendida como uma forma/fôrma. No entanto, cabe ressaltar que, como forma-subjetividade, esta pode se desfazer, configurando-se em outras formas.

5. Metodologia ou “Intensidades que pedem passagem”

Para alcançar o propósito de conhecer experiências de pessoas atingidas pela violência e que são atendidas em centros de apoio, foi necessário encontrar alguém disposto a falar sobre o assunto. Com o intuito de estimular as falas, a realização de entrevistas foi a opção considerada mais adequada para esse objetivo.

Segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p. 168),

Por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade.

Acreditamos que utilizar as entrevistas de tipo semiestruturado seria uma boa opção, pois esta técnica facilita a adaptação das perguntas ao movimento das falas dos entrevistados. Assim, poderia fornecer nuances que seriam mais difíceis de captar com perguntas estruturadas e que não seriam tão dispersas quanto as questões não-estruturadas.

Definida a forma de trabalho, passamos à segunda etapa: encontrar quem estivesse disposto a falar sobre o assunto. Alguém aceitaria contar suas experiências? A priori, imaginamos que não haveria dificuldades, tendo em vista nossa inserção no CEAV.

No entanto, percebeu-se que não seria tão fácil assim. As primeiras pessoas sondadas se mostravam “desconfiadas” quanto à pesquisa, mesmo diante da explicação dos objetivos da mesma e da garantia do anonimato aos entrevistados. Outros alegavam que não gostariam de falar sobre o assunto, pois não lhes traziam “boas recordações”.

Permanecemos um bom tempo nesse impasse e, na ânsia de fazer a pesquisa “andar”, já havíamos levantado a hipótese de mudar os objetivos para uma análise dos discursos veiculados nos jornais impressos sobre as pessoas atingidas pela violência. Porém, a sensação era de que, embora pudesse ser uma pesquisa interessante para se realizar, nossas indagações iniciais permaneceriam intocadas.

Aconteceu então um fato inesperado que deu uma nova guinada na pesquisa. Certo dia, uma senhora compareceu ao CEAV solicitando atendimento³³. Disse que seu filho estava internado no IASES (Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Estado do Espírito Santo) e, além de sofrer inúmeras ameaças por parte de monitores e policiais militares, era “vítima” frequente de maus-tratos e torturas dentro do estabelecimento.

Essa mesma senhora explicou que gostaria de encaminhar uma denúncia às autoridades públicas para que estas tomassem as providências cabíveis, no sentido de investigar e punir os responsáveis pelas agressões. Relatou, ainda, que seu filho não era o único a passar por aquela situação e que também havia outras mães dispostas a denunciar o fato.

Então, surgiu a idéia de nos reunirmos juntamente com as outras mães, visando pensar coletivamente no que poderia ser feito, de acordo com suas demandas. Dessa forma, nascia o “grupo de mães³⁴”, que tinha como objetivo inicial denunciar

³³ Esta história será pormenorizada no item “Problematizando algumas experiências de vítimas de violência”.

³⁴ Na realidade, o “grupo de mães” também tinha irmãs, tias e avós, embora em menor quantidade.

torturas, maus-tratos e diversas outras situações irregulares que estariam ocorrendo dentro daquele estabelecimento de internação.

Este grupo passou a se encontrar semanalmente na sede do CEAV e começou a discutir formas de dar encaminhamento às denúncias. Durante os encontros, as indagações iniciais sobre as experiências de “vítimas” de violência voltaram à tona.

As atitudes daquelas mães nos fizeram colocar em questão tudo aquilo que se tinha como pré-concebido sobre o que é ser “vítima” de violência. Elas não ficavam de braços cruzados, nem esperavam que fizessem algo por elas e pelos seus filhos. Elas se mobilizavam e, embora de certa forma estivessem submetidas a uma situação de violência, não se colocavam no lugar de “vítimas”.

A partir daí, vislumbramos a possibilidade de realizar nossa pesquisa tendo como base as experiências nesse grupo. Passamos, então, a registrar cada encontro, como forma de manter uma memória dos encontros.

Ao todo foram 20 reuniões em grupo³⁵, realizadas entre os meses de maio e dezembro de 2007. Até o final do mês de junho, as reuniões tinham frequência semanal e, em seguida, passaram a ser quinzenais. Isto se deu por conta de dois motivos: (1) as pessoas não tinham dinheiro para pagar a passagem de ônibus semanalmente e (2) elas tinham outros compromissos que coincidiam com as reuniões.

Sete pessoas participavam dos encontros regularmente e praticamente não faltavam, no entanto, as reuniões apresentaram uma média que variava de sete a 17 pessoas. Vale ressaltar, ainda, que quatro pessoas participaram apenas da primeira reunião e não retornaram mais. Não conseguimos obter informação sobre o motivo do não retorno.

³⁵ A partir deste momento, optamos por utilizar as expressões ‘reunião em grupo’, ‘experiência em grupo’ e ‘estar em grupo’ – e não ‘no grupo’ – para ressaltar o caráter não-natural dos grupos. Estar ‘no grupo’ é entendê-lo como já-dado, enquanto que estar ‘em grupo’ aponta para a potência de criação evocada quando se está frente a outros modos de vida. Neste sentido, enfatizamos que nos grupos “... se estabelecem conexões não apenas entre pessoas, como também entre modos de existencialização diferentes” (BENEVIDES, 2007, p. 310)

Cada reunião durava cerca de duas horas e era baseada na forma de funcionamento de uma assembleia-geral. A proposta era de que as pessoas tivessem liberdade para falar sobre o que quisessem e da maneira como achassem conveniente.

Conforme explicitado, as discussões de cada reunião foram registradas em forma de atas, que eram lidas nos encontros seguintes, como maneira de recapitulação do que havia sido debatido anteriormente.

Após o encerramento das atividades grupais, acumulamos um valioso material para a realização das nossas análises. Contudo, achamos que ainda era importante ouvir a opinião daquelas pessoas sobre as experiências em grupo. O que elas pensavam e sentiam sobre os encontros? Como se sentiam ao “estar-em-grupo”?

Nesse sentido, retomamos a ideia de realizar as entrevistas semiestruturadas, mantendo o foco na problematização das experiências de violência e na compreensão de seus efeitos³⁶. Para além disso, consideramos, em primeiro lugar, o compromisso ético-político de restituí-las com nossas análises e conclusões acerca da trajetória da pesquisa.

É importante ressaltar que essas entrevistas não aconteceram imediatamente após o encerramento das atividades grupais. Elas só foram realizadas alguns meses depois, quando as próprias análises apontavam nessa direção.

Em linhas gerais, as entrevistas de devolução tinham como objetivo compartilhar nossos apontamentos e compreender de que maneira elas avaliavam todo o processo, desde as experiências em grupo até a produção do texto da dissertação.

Optamos, então, por realizar entrevistas individuais. O motivo mais imediato para essa escolha foi a existência de vários empecilhos para nos reunirmos em grupo

³⁶ A concepção de efeito que ora propomos se contrapõe às noções de lei e regra, que por sua vez remetem à relação causa-efeito. Em conformidade com a Análise Institucional francesa, concebemos os efeitos “como formalizações de fenômenos recorrentes, que só se produzem/reproduzem *em certas condições*. [os efeitos] Devem ser conhecidos não para que se os reverencie à maneira de uma legalidade positivista (‘assim é... assim deve ser’), e sim para que se os possa analisar, combater ou favorecer no *campo* (da intervenção, da pesquisa, da escritura, do movimento social, etc...)” (Rodrigues, 2004, p. 143-144, grifo no original).

novamente. Isto se deu, principalmente, com relação à disponibilidade de horários em comum para que as pessoas participassem. No intuito de solucionar esse problema, pensamos em realizar os encontros aos finais de semana. Porém, ainda assim, muitas delas não poderiam participar, visto que eram os dias de visita no IASES.

Em segundo lugar, algumas pessoas alegaram que não queriam mais falar sobre o assunto, seja porque este lhes trazia “más recordações”, seja porque elas alegavam não terem mais interesse em continuar se encontrando.

Por fim, a escolha pelos momentos individuais não se deu apenas pela impossibilidade de retomarmos as reuniões em grupo. Embora concordemos com Benevides (2007), no sentido de que não pensamos numa concepção binária em que se oponham categoricamente os grupos e os indivíduos, acreditamos que existem momentos em que nada é melhor que o “*tête-à-tête*”, uma conversa do tipo “olhos no olhos”, para perceber o que o outro sente, pensa, imagina, faz...

Para procedermos às entrevistas, foi necessário realizar contatos telefônicos, pois havia meses que não nos encontrávamos. Ligamos para todas as participantes do “grupo de mães”, exceto para as quatro que só compareceram a uma reunião, pois como estas não participaram de todo o processo, os objetivos da entrevista se tornariam sem sentido.

No entanto, quatro pessoas não manifestaram interesse em colaborar com esta fase da pesquisa e outras cinco não foram encontradas, mesmo depois de repetidas tentativas.

Com as quatro que se mostraram disponíveis, combinamos data, horário e local. Visto que parecia mais cômodo o nosso deslocamento do que o delas, todas as entrevistas foram realizadas na residência das mesmas ou em locais de sua preferência.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e julho de 2008. Todas foram gravadas em áudio e depois transcritas integralmente. Em seguida, foram

destacados os trechos considerados mais expressivos para os objetivos deste trabalho.

Para complementar as informações obtidas ao longo da pesquisa, procedemos à análise do banco de dados do CEAV, com a devida autorização dos gestores.

Este banco de dados é o registro de cadastro dos casos acompanhados pelo CEAV. Tivemos o respeito de primar pelo sigilo e privacidade em todas as informações obtidas, usando apenas dados genéricos que não permitam identificar qualquer pessoa. As informações são basicamente: escolaridade da entrevistada, raça/etnia autodeclarada, idade, profissão, renda familiar, bairro/cidade, estado civil, parentesco com o adolescente internado e idade do adolescente.

Conforme mencionado, as entrevistas e os encontros grupais foram todos devidamente registrados; as primeiras em forma de transcrição das gravações de áudio, e os outros em registros de reunião.

Tentamos realizar as análises dos materiais evitando a busca por respostas certas ou erradas, verdades ou mentiras. Concebemos todo esse percurso como uma problematização, não somente das experiências das “vítimas” de violência, mas, especialmente das suas (e das nossas) próprias certezas.

Sendo assim,

Entendemos que se colocar [...] na posição de investigador da realidade, para assim produzir conhecimentos acerca dos fenômenos sociais, é ser capaz de colocar seus próprios afetos no jogo de dados. É reconhecer onde e como a realidade nos afeta, para assim ocuparmos um lugar político do qual podemos falar, sem ficarmos aprisionados na rede de afetos que nos compõe a todo momento (TAVARES, 2006, p. 73).

6. Problematicando algumas experiências de “vítimas” de violência

Problematicar uma experiência significa se perguntar como um conjunto de práticas – que antes eram aceitas em uma sociedade sem questionamento e tidas como familiares e naturais – se tornam motivo de preocupação, incitando discussões, polemizando debates, suscitando mudanças de comportamento e instigando novos hábitos.

Em outras palavras, problematicar é colocar em análise de que modo

[...] as pessoas começam a se preocupar com alguma coisa, da maneira pela qual elas ficam ansiosas com isto ou aquilo, por exemplo, consigo mesmos, com a loucura, com o crime, o sexo, a verdade.

[...] como e porque certas coisas (comportamentos, fenômenos, processos), que foram completamente negligenciadas até um dado momento histórico, tornam-se objeto de uma preocupação, um problema. (PORTOCARRERO, 2008, p. 429).

Em geral, as reflexões sobre as “vítimas” de violência foram, por muito tempo, negligenciadas pelas sociedades em todo o mundo. No Brasil, este cenário foi se modificando lentamente ao longo do século XX, ganhando novos contornos a partir das experiências dos movimentos de defesa dos direitos humanos no período da ditadura militar.

Num período mais recente de nossa história, o surgimento de estabelecimentos como o CEAV pode ser considerado como uma maneira de colocar em análise as diversas formas de manifestação da violência, embora tais estabelecimentos não sejam os únicos, nem os primeiros a fazerem isso.

Os centros de apoio se tornaram locais não somente para que as “vítimas” pudessem receber atendimento, mas, sobretudo, para que se incitasse a luta contra a impunidade e a criação de novos paradigmas para uma cultura de paz.

Nesse sentido, a mobilização das “mães”, os momentos em grupo e os depoimentos nas entrevistas problematizaram as experiências de ser “vítima” de violência, em conformidade com os objetivos dos centros de apoio.

O objetivo das análises foi compreender que práticas discursivas e não-discursivas sobre (e de) “vítimas” de violência se atualizam através de falas, ações, sentimentos e pensamentos. A que supostas “verdades” remetem? Que relações de saber-poder a fazem funcionar? Como a experiência de estar em grupo coloca em questão certos modos de ser das “vítimas”?

O conteúdo da transcrição das gravações das entrevistas e da leitura dos documentos referente às reuniões em grupo compôs uma massa de dados, que precisamos organizar. O conteúdo desta massa eram falas, comentários, atas de reunião, registros de banco de dados, ofícios de encaminhamento, cartas, boletins de ocorrência policial, etc.

Os resultados e as discussões serão apresentados subdivididos em três agrupamentos: (1) registros do banco de dados; (2) encontros grupais; e (3) entrevistas de devolução.

Entendemos que esta subdivisão se fez necessária por dois motivos principais. Em primeiro lugar, para facilitar a compreensão do desenvolvimento da pesquisa. Segundo, porque cada uma dessas metodologias apresentava informações diferenciadas, visto que as informações do banco de dados expressavam as características sócio-familiares. As entrevistas tiveram um caráter “planejado” pelo pesquisador e os momentos grupais foram acontecendo de acordo com as demandas apresentadas pelas mães.

As informações sócio-familiares coletadas foram sistematizadas e analisadas em conformidade com o que constava no banco de dados, a saber: grau de escolaridade da entrevistada, profissão, renda familiar, bairro/cidade de residência, estado civil, parentesco com o adolescente internado e idade do adolescente.

Para assegurar o anonimato das pessoas, todos os nomes apresentados nos resultados são fictícios. Não houve critério na escolha dos nomes, exceto a opção de que os mesmos fossem facilmente pronunciáveis para facilitar a leitura.

6.1 Informações sócio-familiares

As informações sócio-familiares que constam no banco de dados serão apresentadas na Tabela I, como forma de facilitar a visualização e auxiliar a construção de um raciocínio sequencial. Os nomes em negrito referem-se às informações das entrevistadas.

Tabela I – Informações sócio-familiares das participantes do grupo

NOME	ESCOLARIDADE	RAÇA	IDADE	PROFISSÃO	RENDA FAMILIAR (R\$)	BAIRRO/CIDADE	ESTADO CIVIL	PARENTESCO	IDADE ADOLESCENTE
Tatiana	Médio completo	negra	28	autônoma	1.500,00	P. da Costa/V.V.	solteira	irmã	não informado
Elaine	Fundamental Incompleto	branca	59	aposentada	400,00	Soteco/V.V.	viúva	mãe	17
Helena	Fundamental Incompleto	parda	26	do lar	não informado	Barramares-Ter. Verm./V.V.	amasiada	irmã	16
Rosângela	Não informado	parda	40	não informado	não informado	Mucuri/Cariacica	amasiada	mãe	18
Rosa	Fundamental Incompleto	parda	34	cozinheira	350,00	São Benedito/Vitória	não informado	mãe	16
Marta	Fundamental Incompleto	parda	52	não informado	350,00	Centro/Vitória	casada	avó	15
Marcela	Médio completo	branca	51	corret. Imóveis	700,00	Glória/V.V.	solteira	mãe	17
Carla	Fundamental Incompleto	parda	37	vendedora	não informado	Divino Esp. Santo/V.V.	solteira	mãe	16
Silvana	Fundamental Incompleto	parda	44	do lar	não informado	Divino Esp. Santo/V.V.	solteira	tia	16
Luana	Fundamental Completo	parda	43	costureira	800,00	Vila Palestina/V.V.	solteira	mãe	18
Mirtes	Fundamental Incompleto	negra	50	aux. Serv. Gerais	500,00	Primeiro de Maio/V.V.	divorciada	mãe	18
Irene	Fundamental Completo	negra	35	aux. Serv. Gerais	não informado	Não Informado/V.V.	separada	mãe	15
Luciana	Médio completo	branca	51	do lar	3.000,00	P. da Costa/V.V.	amasiada	mãe	16
Silvia	Médio completo	negra	45	do lar	1.000,00	Ibes/V.V.	casada	mãe	17
Elisa	Fundamental Incompleto	branca	43	cabeleireira	400,00	Santa Bárbara/Cariacica	divorciada/amasiada	mãe	18
Bárbara	Médio completo	negra	50	cabeleireira	800,00	Divino Esp. Santo/V.V.	solteira	mãe	16
Amélia	Fundamental Incompleto	negra	64	aposentada	1.200,00	Santa Mônica/V.V.	viúva/amasiada	avó	18

Fonte: Banco de dados do CEAV-ES

A maior parte das participantes do grupo tem pouca escolaridade, com predominância na faixa das que não completaram o Ensino Fundamental. Do

mesmo modo, quanto à questão da raça/etnia auto-declarada, percebemos que a imensa maioria é de origem não-branca (negros e pardos).

Quanto à idade das mulheres, não há homogeneidade, no entanto, percebe-se que mais da metade delas já passou da faixa etária dos 40 anos e o grau de parentesco é por filiação. As mais jovens são irmãs dos adolescentes, e ainda há duas avós.

No que diz respeito à questão da atividade profissional, apenas quatro declararam que trabalham apenas em casa (“do lar”), duas são aposentadas e duas não informaram. Mais da metade delas tem algum tipo de profissão: cabeleireira, auxiliar de serviços gerais, vendedora, corretora de imóveis, costureira, autônoma e cozinheira.

A renda familiar é baixa, situando-as na faixa das classes média-baixa e pobre. Apenas uma pode ser considerada de classe média (renda familiar de R\$ 3 mil). Talvez este fato possa explicar, por exemplo, que praticamente todas elas residam em bairros de periferia da Grande-Vitória.

Fazendo uma correlação entre renda familiar e estado civil, podemos imaginar as inúmeras dificuldades para sustentarem a si mesmas e aos familiares, visto que a maior parte das mães é solteira, divorciada ou separada. Tal situação pode significar que essas pessoas têm que exercer dupla (ou até quem sabe tripla) jornada de trabalho para manter a casa.

Por fim, a idade dos adolescentes internados varia de 15 a 18 anos.

Desse modo, a partir das análises da Tabela I, podemos concluir que as participantes do grupo representam o típico “rosto” dos familiares dos indivíduos encarcerados no Brasil.

6.2 Os encontros em grupo com as mães

Certo dia³⁷, no início do ano de 2007, o telefone tocou. A voz aparentava ser de uma senhora de meia idade e dizia que já tinha sido atendida pelo programa, anos atrás. Seu nome: Elisa.

Elisa tinha, na época, 42 (quarenta e dois) anos de idade. Cabeleireira de profissão, moradora de um bairro de periferia de Cariacica, um dos municípios mais pobres da Grande-Vitória, havia abandonado os estudos no final do ensino médio porque tinha que “cuidar da vida”. No telefone, Elisa contou a história de sua mãe, que estava enferma e cuja saúde se deteriorava ainda mais depois que havia brigado com uma outra filha.

Elisa contava que ambas, sua irmã e sua mãe, moravam em casas separadas por um quintal em comum, e que o conflito havia iniciado com uma pequena discórdia entre as duas.

Antes de desligar o telefone, Elisa relatou, de maneira muito vaga, que gostaria de conversar pessoalmente sobre outro assunto, mas não deu outros detalhes.

Elisa foi ao CEAV no dia seguinte. Ela chegou quarenta minutos antes do horário combinado e demonstrava certo ar de gravidade e preocupação em seu semblante. Suas pernas tremiam excitadas.

A recepcionista colheu seus dados principais: nome completo, idade, sexo, cor da pele/etnia, profissão, endereço, telefones de contato, identidade, CPF, motivo da solicitação do atendimento, etc.

Elisa entrou na sala de atendimento junto com a equipe técnica (advogado, assistente social e psicólogo). Diferentemente do que nos havia falado por contato telefônico, ela não mencionou, em momento algum, sobre a briga de sua irmã com a mãe. Ao contrário, ela começou a contar a história de seu filho, Roberto.

³⁷ Organização resumida dos relatórios de atendimento e das atas de reunião do “grupo de mães”.

Roberto tinha na época dezessete anos de idade e, naquele momento, estava internado em uma das unidades do IASES, cumprindo medida sócio-educativa por ato infracional equivalente a homicídio.

Roberto era filho único, fruto do primeiro casamento de Elisa. Ela contava que, desde que havia se divorciado, passou a ter muitas dificuldades para criar o filho, pois o pai não contribuía nem material nem afetivamente para os cuidados com o filho.

Elisa era enfática em afirmar que a ausência do pai tinha afetado significativamente o comportamento do filho. Segundo ela, a partir de então, Roberto passou a ser mais agressivo com ela e com as outras pessoas.

Desde a tenra infância, Roberto sofria crises convulsivas frequentes e sua mãe tinha muitas dificuldades em adquirir as medicações para o tratamento, além de ter que passar horas – quando não dias – aguardando atendimento médico. Apesar das adversidades, Elisa afirmava ter conseguido criar seu filho dignamente, superando todas as dificuldades.

Roberto crescia e se desenvolvia como qualquer criança de sua idade, mostrando-se um menino inteligente e cheio de sonhos. Assim como vários garotos de seu bairro e de sua idade, seu maior sonho era tornar-se jogador de futebol de um grande clube brasileiro, quiçá internacional.

Sua mãe tentou ajudá-lo a realizar seu sonho e entrou em contato com um professor de uma “escolinha” de futebol do bairro onde moravam. Elisa combinou com o professor que o mesmo acompanharia Roberto até o Rio de Janeiro, para que este realizasse testes em alguns clubes de futebol da capital fluminense. Entretanto, as tentativas não foram bem sucedidas e Roberto frustrou-se ao ter que voltar para o estado cerca de dois meses depois da viagem, sem ter cumprido seu objetivo. Elisa ressaltava, com certo pesar, que esse fato da vida de seu filho havia sido muito marcante para ela.

Continuou contando um pouco mais de sua história e de seu filho. Mencionou um episódio que aconteceu quando Roberto tinha doze anos de idade. Na ocasião, Roberto foi a uma lan house³⁸ para jogar vídeo game e, querendo ficar jogando até mais tarde, se escondeu no interior da loja até que a mesma fechasse e ele pudesse ficar jogando durante a noite.

Ocorre que Roberto adormeceu dentro da loja e, na manhã seguinte, foi surpreendido pelo proprietário do estabelecimento. Este, por sua vez, acionou a polícia e o Conselho Tutelar. Contudo, antes que os policiais e os conselheiros tutelares chegassem até o local, o proprietário da loja mandou que seus seguranças agredissem o jovem, que ficou bastante machucado.

Ao contar o episódio, Elisa relatava indignação pela maneira truculenta com que seu filho havia sido tratado. Ela queixava que, se por um lado, quando seu filho tinha crises convulsivas, o Estado se ausentava com relação às dificuldades que enfrentava para ter acesso ao sistema público de saúde, por outro lado, o Estado estava imediatamente presente para punir eventuais atos infracionais de seu filho, bem como para responsabilizá-la por negligência nos cuidados com o adolescente.

Elisa contava que seu filho era acompanhado pelo Conselho Tutelar e pelo Juizado da Infância e da Juventude desde muito novo, mas que ambos só intervinham nos momentos em que Roberto era visto como “menor infrator”.

Quando Roberto já estava com aproximadamente dezesseis anos de idade, Elisa estava separando as roupas para lavar e encontrou drogas no bolso de uma bermuda. De acordo com ela, Elisa conversou com o filho, explicando-lhe os malefícios do uso de drogas.

Elisa também contou que, nessa época, Roberto passou a se envolver em alguns delitos, junto com um grupo de jovens, alguns menores e outros maiores de idade, moradores dos bairros vizinhos. Com o decorrer do tempo, Roberto passou a se envolver cada vez mais com atividades ilícitas, participando de roubos de motos e tráfico de drogas.

³⁸ Lojas que alugam computadores e vídeo games por hora.

Em certa ocasião, Roberto acabou sendo preso sob a acusação de ter roubado uma motocicleta em parceria com outros jovens. Durante os inquéritos feitos pela Polícia Civil (PC), Roberto assumiu toda a culpa pelo ato, sendo que um de seus parceiros era “maior de idade” e acabou sendo liberado pela polícia.

O Juizado da Infância e da Juventude determinou que Roberto cumprisse sentença de medida sócio-educativa de internamento no IASES. Após alguns meses cumprindo a medida sócio-educativa, Roberto adquiriu a liberdade e, apesar dos constantes apelos de sua mãe, tornou novamente a se envolver com o mesmo grupo de jovens.

De acordo com Elisa, a partir de então a situação de seu filho foi se agravando, tendo em vista que o mesmo se envolvia cada vez mais com atos ilícitos. Esse envolvimento o expunha a toda sorte de riscos, seja pela possibilidade de ser novamente pego pela polícia, seja pela necessidade de se cumprirem rigorosamente as regras estabelecidas pelos próprios criminosos. Assim, para se livrar de uma acusação de roubo, Roberto delatou um de seus parceiros de roubo, passando a ser ameaçado por este para um “acerto de contas”.

Pouco tempo depois deste episódio, Roberto tentou roubar a motocicleta de um jovem que saía de uma igreja. Contudo, o jovem reagiu e ambos entraram em luta corporal. Roberto disparou sua arma contra o outro jovem, que acabou morrendo no caminho para o hospital. Roberto também se feriu com um tiro na perna e foi levado para o hospital.

Após receber a medicação, o adolescente foi autuado na Delegacia do Adolescente em Conflito com a Lei (Deacle) e, em seguida, encaminhado para o IASES, onde permaneceu internado.

Ocorre que, para tornar ainda mais delicada a situação de seu filho, Elisa tomou conhecimento de que o jovem morto por Roberto tinha familiares que trabalhavam no IASES e os mesmos teriam jurado vingança pelo assassinato.

Roberto passou a receber “visitas” dos familiares do jovem assassinado; eram monitores e policiais que iam até sua cela, faziam ameaças e o agrediam frequentemente.

Elisa dizia que seu filho estava “encurralado”, tendo em vista que ele estava sendo ameaçado tanto no bairro onde morava quanto dentro do IASES. Ela temia denunciar as ameaças, pois isso poderia aprofundar ainda mais os problemas de seu filho. Deparava-se com a grave pergunta: o que fazer quando as pessoas que nos submetem à violência são os próprios agentes do Estado, os mesmo que deveriam nos proteger? Como agir diante de tal violência?

Apesar do profundo receio em prejudicar seu filho, Elisa tomou coragem e se dirigiu à Corregedoria da Polícia Militar, onde prestou depoimento, registrado em um Termo de Declaração, relatando toda a situação de violência que seu filho vinha passando.

Elisa levou uma cópia do documento ao centro de apoio e solicitou que fossem acionadas as autoridades e os órgãos competentes³⁹.

Além das ameaças e violências cometidas dentro do IASES, Elisa também demonstrava grande preocupação com os riscos que seu filho passou a correr a partir das ameaças de seus ex-companheiros, os quais Roberto havia delatado para a polícia. Ela temia que seu filho pudesse sofrer um atentado quando saísse da internação.

Na tentativa desesperada de proteger seu filho, Elisa passou a investigar o grupo de jovens com quem Roberto havia se envolvido. Ela buscava saber quem eram essas pessoas e o que faziam, qual a sua rotina, quantas pessoas estavam envolvidas com as atividades ilícitas e que tipo de atividade realizavam.

Elisa passou a frequentar a casa de um desses jovens e começou a se relacionar com a mãe dele. Tentava descobrir até que ponto ia o relacionamento de Roberto

³⁹ Esses documentos foram todos encaminhados para o Comitê Estadual de Erradicação da Tortura, Tratamentos Cruéis e Degradantes (Cepet), que, por sua vez, encaminhou-os para o Ministério Público Estadual, Corregedoria do IASES, Corregedoria e Ouvidoria da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), Corregedoria da Polícia Militar, entre outros.

com essas pessoas e o que falavam/pensavam/planejavam sobre seu filho. Presenciava o planejamento das ações do bando, detalhes sobre a movimentação de drogas e dos negócios do roubo de motocicletas.

Nesse movimento, Elisa se colocava em inúmeras situações de risco. O bando frequentemente perguntava sobre Roberto, querendo saber se ele tinha data para sair do IASES, ou se ele tinha mandado algum recado, querendo mostrar certa preocupação.

Em certa ocasião, Elisa foi até a casa do “chefe” do grupo, com o intuito de buscar alguns pertences de seu filho. Chegando lá, deparou-se com o tal jovem que ameaçara seu filho, pois o mesmo havia sido delatado. Este encontro deixou-lhe muito apreensiva.

Se, por um lado, ela se dizia muito temerosa quanto ao que essas pessoas poderiam fazer contra seu filho, por outro lado, demonstrava grande coragem ao colocar-se em risco e enfrentar situações de extremo perigo e tensão. Contudo, parecia que sua coragem se manifestava em situações de desespero que a colocavam em situações de risco, podendo prejudicar a si mesma e ao seu filho.

Ficava claro que Elisa deixava transparecer ao bando seus reais motivos de investigá-los, bem como que eles também evidenciavam que queriam saber se Roberto havia “dedurado” algo mais sobre seus ex-parceiros. Era como uma partida de pôquer, mas o que estava em jogo era a vida de Roberto, e que ambas as partes arriscavam um blefe para ver até onde o adversário chegaria. Entretanto, parecia que Elisa era quem mais tinha a perder e, a cada lance, suas cartas caíam ao chão e o cerco se fechava ainda mais.

Sua coragem e determinação em proteger seu filho “brilhavam nos olhos”, porém algumas ações precipitadas a colocavam situações de riscos para si mesma. Mesmo sabendo que o problema urgia soluções imediatas, era necessário ter prudência em suas ações, tomando mais cuidado com o que dizia e para quem dizia, buscando evitar situações aflitivas.

Elisa também falava frequentemente de um sentimento de profunda solidão em sua luta. Queixava-se de que mesmo seu marido evitava falar sobre esse problema. Tentava “desabafar”, mas quase ninguém demonstrava sensibilidade de querer ouvi-la, muitas nem mesmo se importavam com seu sofrimento.

Aos poucos, Elisa foi estabelecendo alguns contatos durante as visitas íntimas. Conversava com outras mães, compartilhando sentimentos, anseios e angústias. As conversas, que praticamente sempre se iniciavam na fila de espera para a visita íntima, terminavam no ponto de ônibus, na volta para a casa.

Conversavam sobre muitas coisas, mas o assunto principal geralmente eram os filhos: queriam saber como, quando e por que tinham sido presos. As dificuldades e a humilhação na hora das visitas íntimas. O péssimo estado de conservação do estabelecimento. O mau cheiro no interior das celas. As tristezas e os preconceitos vividos por serem mães de “menores infratores”.

Muitas delas relatavam ter presenciado vários adolescentes com doenças dermatológicas e com tuberculose. Além disso, muitas teriam visto marcas de tiros nas paredes do prédio e, também, diversos arranhões e hematomas espalhados pelo corpo de vários adolescentes. Era constante a presença de policiais fortemente armados no local, em franca atitude de constrangimento e ameaça para com os familiares dos jovens.

Elisa percebeu que não estava só em sua caminhada, que havia outras pessoas sentindo e pensando junto com ela. Essas mães passaram a se encontrar semanalmente, no ponto de ônibus, após a visita dos filhos, com o objetivo de discutir soluções para tudo aquilo que se passava com elas e com seus filhos.

A escolha do ponto de ônibus não foi por acaso, pois, além de ser um espaço seguro para conversarem e não serem vigiadas, também era o local onde todas elas passavam no caminho de volta para casa.

Durante essas conversas, as mães falavam cada vez mais da necessidade de se organizarem. Acreditavam que, dessa maneira, poderiam ganhar força para serem ouvidas e reivindicarem algumas mudanças no funcionamento do estabelecimento.

Elisa já não estava mais sozinha. Havia encontrado outras mães que passavam pelas mesmas situações, que sentiam a necessidade de falar e serem ouvidas, de tomar alguma atitude para mudar a situação em que viviam. Elisa deixava transparecer a empolgação dos encontros com as mães e que as mesmas também estavam animadas e esperançosas.

Elas afirmavam a necessidade de um espaço para se reunirem e lhes foram oferecidas as instalações do CEAV.

Elisa tinha os telefones e, então, ligamos para todas as mães, acertando um encontro em uma praça próxima ao CEAV. O encontro foi marcado para uma quinta-feira à tarde, aproveitando que algumas delas também teriam uma reunião no Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH) no mesmo dia.

Como várias delas afirmavam não saber chegar ao local proposto para este primeiro contato, resolvemos nos encontrar numa praça próxima à sede do programa. Combinaram portar um lenço branco pendurado à bolsa, como estratégia para serem identificadas rapidamente.

A quinta-feira chegou e as pessoas apareciam aos poucos. Às catorze horas e trinta minutos praticamente todas as quinze mães já haviam chegado. Todos nós estávamos excitados e tínhamos o semblante carregado.

Organizamos um grande círculo na sala de atendimento, que não comportava sequer uma pessoa a mais em seu interior. Para iniciar a reunião, todos nos apresentamos. Em seguida, ficou combinado que a palavra seria livre, desde que não houvesse interrupção quando outra pessoa estivesse falando.

Falavam com indignação sobre o que estavam experimentando naquele momento. Falas ressentidas, falas afirmativas, falas despotencializadas, falas mortificadas, falas reivindicatórias. Uma infinidade de falas circulando.

A discussão foi intensa e não havia como sistematizar completamente todas as demandas em apenas uma reunião. Surgiu, então, a proposta de que nos reuníssemos mais vezes com o objetivo de discutirmos e sistematizarmos todas as demandas para, em seguida, realizarmos possíveis encaminhamentos.

Todas acenaram em concordância com a proposta, mas havia algo em seus gestos e olhares dizendo que, na realidade, o final do primeiro encontro havia frustrado algumas expectativas.

Não totalmente satisfeitas com os resultados da reunião, elas foram para as portas do IASES. De lá, acionaram integrantes do Conselho Estadual de Direitos Humanos e também entraram em contato com uma equipe de jornalismo de uma rede televisão local. Queriam mostrar, à imprensa e aos conselheiros, as condições que elas presenciavam ao menos uma vez por semana, nas quais seus filhos (sobre)viviam internados durante meses ou anos, sob custódia do Estado. Entretanto, a coordenação do estabelecimento não permitiu a entrada das pessoas, alegando não possuir autorização superior.

As mães afirmaram não estar frustradas com a negativa, pois, de certo modo, seus objetivos foram cumpridos: mostrar à sociedade as condições daquele estabelecimento. Além disso, percebiam que este episódio havia sido a manifestação concreta da força de mobilização.

Orgulhavam-se de ter conseguido chamar atenção da imprensa local, geralmente avessa a esses assuntos. Também comemoravam a vitória de marcar uma reunião com o juiz da infância e juventude, fato que nunca conseguiram fazer individualmente.

Então, passamos a nos reunir semanalmente durante alguns meses. A partir do segundo encontro em grupo, estabelecemos alguns acordos. Em primeiro lugar, o

dia das reuniões deveria ser mudado, devido ao grande número de pessoas que trabalhavam no horário marcado anteriormente.

Em seguida, definimos que o objetivo principal das reuniões seria elaborar coletivamente as estratégias de reivindicação por melhores condições de atendimento no IASES, fazer o relato de situações de violência contra os adolescentes e compor propostas para a transformação daquela situação.

Adotamos alguns procedimentos de sistematização das discussões. Os principais pontos de debate eram resumidos em tópicos. Colocamos um retroprojeter ligado a um computador para que todas pudessem acompanhar a redação dos tópicos, fazendo sugestões de modificação ou acréscimo nas frases. Aquelas que tinham mais facilidade para a leitura ajudavam as outras.

Embora durante as reuniões as falas não fossem lineares, nem seguissem uma sequência lógica – pois cada uma falava um pouco de seus pensamentos, de suas sensações, angústias e apreensões – tentamos aqui organizar em algumas linhas o que se passou naquelas reuniões de modo que os relatos fiquem compreensíveis para o leitor.

As mães narravam cenas lamentáveis. De acordo com elas, antes mesmo de entrar no IASES já se podia sentir o mau cheiro vindo de seu interior. No pátio externo podia-se avistar lixo espalhado pelo chão e esgoto vazando a céu aberto. A aparência antiga e decrépita do prédio – a construção é da década de 1960 – evidencia que ele não apresenta mais condições para sua finalidade.

Para que o visitante pudesse entrar, este era obrigado a se submeter à revista íntima, na qual passava pelo constrangimento de ter que se desnudar e agachar na frente de policiais, ouvindo ainda comentários depreciativos sobre seu corpo. A mesma situação ocorria com a revista dos “malotes⁴⁰”, que devido à forma como eram revistados, acabavam estragando as comidas e rasgando as roupas.

⁴⁰ Malotes são os alimentos e as roupas levadas pelos familiares nos dias de visita íntima.

Adentrando as instalações do IASES as mães constantemente se sentiam intimidadas quando se deparavam com policiais militares ostentando armas de grosso calibre. Muitas já haviam presenciado diversos adolescentes com marcas de agressão (arranhões, cortes, hematomas, etc). Alegavam que, por conta disso, as tentativas de rebelião eram constantes.

Já no interior do estabelecimento, havia água minando pelas rachaduras nas paredes e no teto, deixando um forte cheiro de mofo e umidade frequentemente. Além disso, os banheiros destinados aos visitantes permaneciam sujos e sem água nos sanitários. Em geral, todo o ambiente apresentava péssimas condições higiênicas, sendo constante a transmissão de doenças como sarna e tuberculose entre os jovens.

Outro ponto muito discutido durante todas as reuniões era que, segundo as mães, os jovens internos praticamente não tinham assistência: falta de acesso a advogados, educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais, dentistas e médicos. Reclamavam que os adolescentes ficavam ociosos por muito tempo, sem atividades educativas e de capacitação para o trabalho.

Mas as reivindicações não ficavam apenas como lamentações, também havia muitas propostas para modificar a realidade. Cursos profissionalizantes compatíveis com o mercado de trabalho, programas de encaminhamento ao emprego para egressos do sistema, etc.

Muitas das mães e familiares estavam dispostos a “meter a mão na massa” para colocar tais propostas em prática, outros não se mobilizavam com tanta intensidade, mas também contribuíam com as discussões de outras maneiras.

Continuaram as discussões, e deliberamos que, a partir da organização das falas, seria elaborada uma carta-manifesto descrevendo o que foi discutido, trazendo reivindicações e propostas.

Ao falar sobre a situação de abandono em que se encontravam seus filhos e sobre a indignação que todas sentiam, elas se questionavam por que dentre mais de

duzentos adolescentes cumprindo sentença, apenas dezessete⁴¹ mães estavam se mobilizando pra enfrentar a situação.

Não pareciam buscar respostas conclusivas, pois não acreditavam que a unanimidade seria a solução. A estratégia foi contar com as pessoas dispostas a lutar naquele momento e, também, discutir coletivamente todas as propostas e reivindicações. Talvez outras pessoas se juntassem depois, ou então a mobilização esmorecesse; não sabiam em que isso tudo iria resultar e assim mesmo apostamos na força do movimento.

Falas sobre a solidão de suas lutas eram constantes, e também não faltavam posturas individualistas. Durante as discussões, percebeu-se que as posturas oscilavam entre “quero apenas resolver o problema do meu filho e o resto não tem nada a ver comigo” até posturas do tipo “minha luta não é apenas para que meu filho pare de apanhar, mas também para que outras mães e adolescentes não passem pelo que eu e meu filho passamos”.

Também falavam do descaso com que eram tratadas. Uma delas disse que, ao tentar conversar com os policiais para que se sensibilizassem com a situação daqueles adolescentes, não se conformou em ouvir um policial dizer que “não é meu filho que está aqui, então eu não tenho nada a ver com isso, o problema é seu”.

A cada encontro as pessoas traziam novidades. “O filho de Maria foi solto”. “A polícia entrou lá nesta madrugada e bateu em todo mundo”. “Dizem que o filho de Fulana apanhou da polícia de novo”. “Alguém viu marcas de tiros na parede de uma das celas”.

Ao longo das reuniões os tópicos registrados eram lidos e as devidas modificações eram feitas, acrescentando pontos omissos e retirando os redundantes. As discussões se materializavam em forma de memória escrita.

À medida que relíamos cada um dos tópicos, eram trazidos mais elementos para as discussões. Feito isso, organizamos os tópicos em frases e parágrafos, de modo

⁴¹ De fato, destas apenas 13 participaram regularmente das reuniões.

que ganhasse forma de um texto. Enxertamos uma frase aqui e acolá para que o texto adquirisse uma sequência lógica e, após quase dois meses de reunião, a carta-manifesto estava pronta!⁴²

Em seguida, fizemos uma lista de todos os órgãos, entidades e autoridades públicas que considerassem importantes: Comitê Estadual Permanente de Erradicação da Tortura, Tratamentos Cruéis e Degradantes, Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público ES, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), Ouvidoria Geral de Segurança Pública e Defesa Social, Corregedoria do IASES, Corregedoria da Polícia Militar, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Conselho Regional de Psicologia (CRP-ES), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Após a listagem, uma cópia da carta foi enviada para cada um deles.

Os encontros continuaram durante mais alguns meses após a elaboração da carta-manifesto. Enquanto isso, as reuniões foram prosseguindo, algumas cheias, outras mais esvaziadas. Mas havia um grupo de sete mulheres – sempre as mesmas – que nunca deixava de comparecer.

Muitas delas falavam da necessidade de conhecermos melhor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECON). Elas alegavam que, como desconheciam o ECON, sentiam-se incapazes de reivindicar os direitos de seus filhos. Foi então que as reuniões passaram a ser um grupo de estudo do Estatuto.

Interessante notar que, durante a leitura de cada um dos artigos do ECON, elas diziam, com espanto, coisas do tipo “mas isso eu já sabia, só não sabia que tinha no estatuto”. Percebemos, então, que elas já tinham “decorado” cada um daqueles artigos, que eles já faziam parte da própria vida delas e que, na realidade, elas se sentiam desautorizadas a falar do Estatuto diante das autoridades (juizes, promotores, advogados, etc).

⁴² Não publicamos a carta-manifesto nesta dissertação para evitar que não se possa identificar as pessoas que a assinaram.

Nesse ínterim, a carta começou a surtir efeito, pois parecia que as pessoas estavam se solidarizando com a “causa”. Então, elas passaram a participar ativamente de diversas reuniões nas quais relatavam suas experiências.

Realizamos uma parceria em que o CEAV ficou encarregado de colher os depoimentos de cada uma das mães e, em seguida, encaminhar à OAB. Esta, por sua vez, acionaria os mecanismos jurídicos para responsabilizar o Estado pelos maus-tratos ocorridos no IASES.

As reuniões de estudo do ECRIAD duraram mais algumas semanas, porém, cada vez mais esvaziadas. Algumas aparentavam desânimo e cansaço, alegando não verem resultados imediatos; outras diziam que aquilo daria em nada; algumas alegaram que passaram a ser ameaçadas por pessoas desconhecidas e queriam “dar um tempo”; outras, ainda, queriam lutar, mas sentiam-se isoladas e eram contaminadas pelo descrédito das outras. Ainda assim, muitas se mostraram satisfeitas com tudo o que tinha sido feito, sobretudo após as audiências na OAB e a coleta dos depoimentos.

Aos poucos o grupo foi se desfazendo.

Em nosso ponto de vista, quando Elisa procurou apoio no CEAV, aquilo que lhe diziam ser uma vivência individual indicava uma expressão da forma-subjetividade indivíduo. Entende-se por forma-subjetividade indivíduo a constituição de modos de existência provisórios que, no momento histórico atual, relaciona nossas experiências ao que temos de mais íntimo e particular (DOMINGUES, 1999).

O fato de que muitas pessoas não se interessavam pelo sofrimento de Elisa era vivido como uma experiência somente sua e de mais ninguém. Afinal, conforme uma pessoa lhe havia dito, “isso não é problema meu, eu não tenho filho preso mesmo”. No entanto, suas angústias apontavam para a seguinte reflexão: “até que ponto aquilo que se passa no IASES realmente diz respeito somente a mim?”

Tal reflexão problematiza uma visão intimista da sociedade, na qual as pessoas se interessam apenas por seus próprios problemas e seus sentimentos particulares (COIMBRA, 2002).

Assim, ao perceber que o que estava em jogo não era o “seu” problema, Elisa tornou a se perguntar por que sua caminhada era tão solitária, mesmo sabendo que havia muitas outras mães passando por igual sofrimento. Passou, então, a buscar alianças nestas mães como forma de unirem esforços na tentativa encontrar soluções para o que estava acontecendo no IASES.

A estratégia de se encontrarem após os horários de visitas possibilitou que elas compartilhassem o que estavam sentindo. Desse modo, Elisa e as demais mães perceberam que “seus” sentimentos não eram vividos individualmente, como imaginavam anteriormente.

Esses encontros, que passaram a ser cada vez mais regulares, as empolgavam e traziam consigo a vontade de querer fazer algo por aqueles “meninos”. Sentiam que, sozinhas nada – ou muito pouco – podiam fazer, mas juntas acreditavam que teriam forças e que seriam ouvidas pelas “autoridades”.

Interessante notar que a expressão autoridade remete aqui a dois sentidos distintos, porém complementares. Um primeiro sentido diz respeito à autoridade como aquela pessoa que é responsável pela ordem de um estabelecimento, por exemplo, um juiz de direito, um diretor prisional, um promotor de justiça. O termo autoridade também pode remeter à pessoa que está autorizada a falar sobre um determinado assunto. Nesse sentido, as mães, reunidas em grupo, conquistaram autoridade para falarem por si mesmas e, ao mesmo tempo, sentiam-se autorizadas para tanto.

Acreditamos que a divulgação da carta-manifesto foi, por exemplo, uma maneira de elas tornarem público e discutirem coletivamente, não apenas o que ocorria no IASES, mas, em especial, a violência da individualização do sofrimento e do silenciamento daqueles que não são autorizados a falar por si mesmos.

Além (e aquém) disso, a experiência de estar em grupo, ao contrário de ser uma composição de indivíduos reunidos em torno de uma causa comum, abriu a possibilidade de tomá-lo como dispositivo, isto é, como aquilo que põe em funcionamento novas formas-subjetividade, operando, assim, processos de desindividualização. Poderíamos falar, então, de grupalidade, como dimensão relacional, coletiva e impessoal de nossa existência.

Nas palavras de Benevides (2007, p.325):

Máquina de decomposição de verdades, de concepções tomadas como naturais e universais, o grupo pode acionar confrontos entre expressões do modo-indivíduo vigente. Ao tomar os enunciados como remetendo não a sujeitos individuais, mas a coletivos, ao percorrer os caminhos maquínicos do desejo que não se esgotam nas vivências individualizadas, o grupo dispara desconstruções dos territórios enclausurantes da subjetividade. [...]

Ainda de acordo com a mesma autora, a experiência grupal pode abrir a possibilidade de atualizarmos

[...] uma subjetividade que experimente, se arrisque em outros modos de composição; [...] uma subjetividade que se produza heterogênea, sendo ao mesmo tempo heterogenética; [...] uma subjetividade que esteja comprometida com os processos coletivos que a produzem (BENEVIDES, 2007, p. 325)

Embora, em um primeiro momento a percepção de que o grupo estava se desfazendo aos poucos pareça um murmúrio de lamento, o que se queria apontar era, na realidade, a saudade gostosa que bate no peito quando nos diferenciamos de nós mesmos...

6.2.1 O CEAV fecha as portas

Apesar da intensidade dessas experiências, nos “bastidores”, o CEAV não ia bem. Desde o ano anterior o programa apresentava sérias dificuldades financeiras para se

manter em funcionamento. As verbas destinadas ao programa pelo governo federal só eram suficientes para cobrir as despesas de dez meses de atividade. Mesmo assim a equipe não esmorecia.

Para agravar a situação, faltando cerca de quatro meses para a data de renovação do convênio, fomos informados de que o mesmo não seria mais assinado⁴³.

Em nenhum momento o governo federal se mostrou aberto ao diálogo. Apenas indicava que haveria mudanças nas diretrizes da política nacional de direitos humanos e dizia que abriria mão das parcerias com as organizações não-governamentais. Dizia-se que a tendência era municipalizar os centros de apoio.

O prazo de vigência do convênio expirava em pouco tempo. A tarefa não seria fácil, mas a esperança era tentar uma parceria com o governo estadual. O que não se sabia era como dizer para os usuários do centro que o CEAV estava “acabando”. No entanto, eles não podiam deixar de saber o que estava acontecendo.

Programou-se uma série de reuniões com diversas entidades parceiras e com todos os usuários do programa no intuito de esclarecer a situação em que o programa se encontrava. No entanto, nas “conversas de corredor” ouvíamos que o fim do CEAV era dado como certo.

O governo estadual, através do Secretário de Justiça, se dizia disposto ao diálogo, mas diversos empecilhos burocráticos impediam a realização de um novo convênio entre as partes.

Foi então que surgiu a idéia de organizarmos um seminário com o objetivo de fomentar a discussão da importância da parceria entre as organizações da sociedade civil com os governos estaduais na execução das políticas de assistências às pessoas atingidas pela violência. Era a última cartada, porém, o evento foi considerado um fracasso.

⁴³ Pelo menos no que diz respeito à equipe de profissionais de CEAV, acreditávamos que o programa apenas passava por dificuldades financeiras e não que o programa acabaria. Fomos pegos de surpresa com a notícia de que o convênio não seria mais renovado. Ressaltamos que em momento algum fomos avisados disso, nem pela ONG gestora, nem pelos representantes do governo federal.

Mesmo assim, algumas integrantes do grupo de mães continuaram mantendo contato entre si e comparecendo ao CEAV; sobretudo aquelas sete que não faltavam às reuniões. Foram realizados mais alguns encontros, mas percebia-se que havia um mal-estar pairando no ar e que não tinha nome. A maioria começou a faltar constantemente, alegando outros compromissos.

As reuniões do grupo foram se esvaziando aos poucos. Todos aparentavam muito cansaço e, na semana anterior às festividades do Natal, o grupo se reuniu mais uma vez. Combinamos de nos encontrarmos a partir do mês de fevereiro do ano seguinte.

O CEAV fechou suas portas no dia 31 de dezembro de 2007 e o grupo nunca mais se reuniu.

Meses depois destes últimos episódios, quando já estávamos na fase das entrevistas, as falas de algumas das entrevistadas nos levaram a refazer a trajetória percorrida pelo grupo, principalmente, com relação ao momento em que este se desfez.

Sendo assim, começamos a repensar os encontros grupais e sobre o que os teria feito se encerrarem. Percebemos, então, que na correria do dia a dia, havíamos nos esquecido de analisar nossas implicações⁴⁴ naquele movimento. Somente assim ficou claro que estávamos sobreimplicados⁴⁵.

Embora saibamos, ou queiramos acreditar que todo processo grupal tem seu tempo, ou seja, é provisório e circunstancial, nos perguntamos: quando o CEAV fechou suas portas, por que o grupo também não mais se reuniu? Por que as reuniões não

⁴⁴ De acordo com Coimbra e Nascimento (2004), analisar nossas implicações permite perceber as diferentes forças que estão em jogo em nosso campo de atuação (no trabalho, na pesquisa, etc). Realizar uma análise de nossas implicações é, portanto, um modo de pensar, cotidianamente, como se fazem nossas diferentes intervenções em diferente espaços. Neste sentido, implicação é diferente de engajamento, pois podemos estar mais ou menos engajados (numa luta, num trabalho, numa pesquisa, numa paixão), mas implicados sempre estamos, pois que implicação não é uma opção ou vontade consciente.

⁴⁵ Ao contrário da análise de implicações, o que define a sobreimplicação é “uma dificuldade de análise e que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes, que as diferentes instituições sejam consideradas”. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2004, p. 02)

continuaram ocorrendo em outros espaços? Haveria necessidade da existência do CEAV para que aquelas mães continuassem se mobilizando?

Ainda hoje nos fazemos estas perguntas sem encontrar uma resposta satisfatória, se é que algum dia a encontraremos. Temos algumas pistas que nos foram dadas durante as entrevistas, mas que, de certa forma, já conhecíamos anteriormente. Contudo, era como se estivéssemos surdos e cegos naquele momento. Não podíamos ouvi-las e nem vê-las, ou correríamos o risco de parar o que não dava mais para ser interrompido.

Para sermos mais claros, sentimos que, de certa forma, aquelas mulheres se apegaram a nós, assim como nós nos apegamos a elas e que, se parássemos para pensar, permaneceríamos parados... O desejo de ajudá-las, de nos sentirmos socialmente úteis, de ver uma coisa bonita acontecendo diante dos olhos. Era como se aquele grupo fosse nosso filho.

Por outro lado, da parte das mães, o que nos pareceu transparecer com as entrevistas, conforme veremos um pouco mais adiante, é que, se em alguns momentos elas falavam por si mesmas e lutavam por aquilo que acreditavam, por outro lado, elas esperavam que nós estivéssemos sempre ali ao lado delas, para não deixá-las esmorecer, para “tocar o barco” como se diz usualmente.

Quando tudo indicava que o CEAV fecharia as portas, já era um momento em que estávamos exaustos, embora nunca tenhamos nos deixado abater. Exaustos de ter que dar conta de tanta coisa (de fazer dezenas de atendimento por semana, de ter que tocar o grupo, de ter que nos reunirmos quase que semanalmente com os nossos parceiros para pedir socorro, etc).

Mesmo assim, havia a esperança, sempre ela, de que o CEAV poderia continuar existindo. E, mesmo que ele deixasse de existir, nós continuaríamos o trabalho com as mães. E, mesmo que não nos encontrássemos com elas, estas continuariam a se reunir.

Doces ilusões...

6.3 As entrevistas de devolução

Passados alguns meses após as atividades grupais e o fim do CEAV, resolvemos retomar o contato, com o objetivo de realizar as entrevistas – e, também, de “matar a saudade”. As entrevistas de devolução tinham o intuito de conhecer como aquelas mulheres avaliavam todo o processo, desde a experiência das reuniões em grupo até a o resultado do texto escrito em nossas análises e conclusões. O que sentiam/pensava/diziam sobre aqueles encontros? Quais foram as repercussões das reuniões? O que mais elas tinham a dizer?

Optamos por não atribuir autoria às falas, visto que, em nosso ponto de vista, não importa quem disse, mas o que foi dito.

“Naquele momento que a gente tava procurando, não vou falar que conseguimos 100%, mas tivemos uma ajuda sim. Porque os meninos estavam apanhando todo dia, pelo menos diminuiu a violência. Hoje em dia tá menos, porque bater era rotina, era todo dia, era uma tropa de elite... acontece às vezes, quando a policia vai fazer aquela vistoria ai bate em um, mas não é mais como era, como estava sendo aquela época, era covardia, violência”.

“Foi bom e com certeza nós teríamos crescido, formando uma associação, até hoje eu vejo assim, se não tivesse fechado, a gente tinha formado. Além da gente poder ir lá compartilhar as mesmas coisas. Eu acredito que se tivesse continuado a gente ia se organizar e ter mais mães envolvidas e poderíamos ter crescido na associação”.

“Eu fico pensando que se juntasse mais umas mães poderíamos entrar na justiça pelo menos para cobrar...”

“Nem acreditava que a gente tinha essa força toda.”

“O que valeu a pena foi que a gente ali teve contato com muita gente que a gente não conhecia, inclusive vocês, muitas mães que faziam parte das reuniões, e alguma coisa lá na ONG. Mudou em relação a meu menino, que ele saiu de lá”.

“Eu mantenho contato com várias daquelas pessoas. Eu acredito que isso é muito importante pra gente se fortalecer”.

“Bom, muito bom. A avaliação foi muito bom pra nós. Agora, aquilo ali pro governo não significa nada. Não foi posto em pratica aquelas reuniões que tivemos, aqueles problemas dos meninos que discutimos ali. Eu acho que nada daquilo saiu do papel”.

A sensação de que os encontros em grupo foram bons foi mencionada diversas vezes pelas entrevistadas. Mas, bom por quê? Em primeiro lugar, a resposta mais imediata era, sem dúvida, “porque eles pararam de apanhar um pouco”, “porque a violência lá dentro diminuiu”.

Em nosso ponto de vista, isso pode apontar – quem sabe? – para os efeitos da carta-manifesto. De certo modo, a divulgação dos episódios de tortura e maus-tratos que ocorriam no IASES chamou a atenção da mídia e das entidades de defesa dos direitos humanos. Havia uma cobrança explícita por respostas às “acusações” da carta-manifesto.

Estar em grupo abriu a perspectiva de as mães fazerem novas amizades, de adquirirem força e se organizarem em uma associação e, principalmente, de diferirem de si mesmas. No entanto, conforme dito anteriormente, elas apontavam no sentido de que isso viesse de nossa parte, que fosse encabeçado por nós... De fato, elas nos tinham como aliados, mas será que cabia-nos tomar a frente?

Por outro lado, as próprias entrevistadas sabiam que toda aquela movimentação era pouco diante do que ainda podia ser feito. A ideia de que foi bom, embora tudo tenha ficado “no papel”, nos faz olhar para nós mesmos como grãos de areia diante da magnitude do problema enfrentado.

“Amizade eu fiz muito pouco. Você passa a conhecer as pessoas. Elas não estavam muito abertas a amizade, iam lá mesmo porque tinham um problema em comum, cada um com seus problemas, na dela... não compartilham muito. E outra, as mães falam muito que os filhos delas são vítimas. Ontem mesmo a mulher falou, não mais o meu filho não é culpado, não fez nada, ele só estava no meio errado. A maioria não assume que o filho fez alguma coisa. O meu tá lá porque fez algo sim, porque se fosse inocente o meu filho não estaria. Mas pra a maioria o filho é inocente. Então eu acho que isso já é um grande problema”.

“Não nos encontramos fora do ambiente de lá. Elas se afastam, cada uma acha que o filho da outra é má companhia para seu filho. O problema é a companhia e não o filho. Então, isso aí já não deixa que a pessoa tenha muita amizade com você”.

“Nada foi feito. Ninguém nós procurou. Inclusive eu até queria saber aquele negócio do espancamento do menino que eu mandei fazer o exame de corpo delito e pediram o B.O. [Boletim de Ocorrência] dele. Eu queria até saber isso”.

“A última reunião que a gente teve foi aquela com você, depois todo mundo se afastou e eu não procurei mais nada. Fiquei esperando você comunicar com a gente pra saber o que iríamos fazer...”

Como em todo processo, nem tudo foi unânime. Muitas delas reclamavam de um desinteresse das pessoas “em geral”. Era como se algumas delas quisesse apenas resolver os seus problemas e nada mais. Isso coloca em análise a forma-subjetividade indivíduo, muito marcante em uma sociedade que valoriza e apregoa o intimismo.

Além disso, novamente as falas dessas mães retomam a questão, muito frequente, aliás, de que éramos nós que deveríamos tomar a frente da discussão. E aí, pensávamos mais uma vez nas nossas implicações naquele processo.

7. Concluindo: a questão da “vítima” e a “vítima” em questão

Atualmente, quando falamos em “vítimas” de violência, imediatamente nos surgem imagens de indivíduos passivos e inertes que padecem na dor pelo resto de suas vidas. Tais imagens estão atreladas a uma visão intimista da realidade (SENNET, 1998), na qual se pensam as experiências como vivências individuais e particulares de cada um. Sendo assim, aquilo que uma pessoa vive diria respeito apenas a ela mesma e a mais ninguém.

Em um interessante artigo sobre o assunto, Marco Aurélio Soares Jorge (2009) traça importantes análises sobre esse assunto, associando os processos de produção da individualização e do isolamento das pessoas nas cidades ao fenômeno da violência:

Podemos afirmar que o sentimento de impunidade e de abandono é um dos efeitos da recorrência dos atos de violência ou incivilidade. Como consequência, as pessoas que são vítimas de incivildades sentem-se desprotegidas, estimulando a falta de confiança nas instituições e a ausência dos sentimentos de coletividade fazendo com que evitem os espaços coletivos. Assim, suas preocupações individuais se tornam prioridades fazendo com que surja um sentimento de indiferença com o outro, especialmente com o que lhe é estranho. Quando passa a existir uma sensação de que o outro pode ameaçar sua integridade, indiferença e alheamento podem rapidamente se transformar em medo e insegurança, sendo a vida coletiva das cidades sobreposta por uma lógica individualista ou privada. [...]. Há um domínio de uma lógica individualista onde o outro é alienado de suas relações, convívios ou preocupações. Um exterior supostamente ameaçador, hipertrofiado pelo medo e insegurança, associado ao individualismo exacerbado, passa a produzir atitudes egocêntricas, como a indiferença ou a intolerância ao outro, a desconfiança e o isolamento (JORGE, 2009, p. 263).

Nesse sentido, as diversas formas de violência têm se constituído em importantes vetores existenciais de subjetividades, isto é, tornaram-se formas de agir, pensar, sentir, fazer, relacionar-se... (ALMEIDA, 2002; MACHADO, 1999). A noção de subjetividade está relacionada com os modos pelos quais as pessoas se reconhecem como sujeitos da experiência.

Como vetor de produção de subjetividades, a violência se concretiza nas maneiras como as pessoas estabelecem relações consigo mesmas e com o mundo, de modo que seus resultados geralmente são dor, sofrimento e adoecimento.

A experiência de ser violentado faz com que, muitas vezes, as “vítimas” deixem de crer em valores como humanidade e dignidade. Diante da agressão que se recebe, como acreditar que o outro, embora com suas diferenças, também é um ser humano?

A revolta e a sensação de impotência são frequentemente relatados como efeitos diretos e indiretos da violência sofrida e, geralmente, são acompanhados de ressentimento, revolta, desconfiança e intolerância com a diferença e com os diferentes.

A violência, portanto, não diz respeito apenas àqueles que a sofrem diretamente, pois seus impactos também atingem familiares e amigos e, ainda, a sociedade como um todo (MINAYO, 1994; ARCOVERDE, 2005).

Quando denunciam as violações sofridas, é muito comum que “vítimas” e familiares sejam ameaçados, ou até mesmo agredidos novamente, além de sofrerem outras práticas de silenciamento. A inércia e o descaso das instituições da polícia e da justiça em nosso país também contribuem para tornar a situação ainda mais dramática.

[...] na busca da efetivação da justiça, podem acontecer novas agressões, muitas vezes fatais, contra os parentes e amigos próximos. Muitas vezes o crime permanece impune porque, mesmo que sua autoria seja conhecida, não existe nada sendo feito que transforme tal conhecimento em um justo julgamento e condenação. (JORGE, 2009, 262).

Por outro lado, os afetos produzidos junto com grupo das mães durante a pesquisa demonstram que, apesar de todos esses efeitos deletérios da violência, a potência de vida atualiza-se e renova-se a cada luta.

Embora em algumas situações aquelas mães demonstrassem naturalizar suas experiências em frases do tipo “meu filho é bandido mesmo”, tolerando e reproduzindo práticas violentas, em muitas outras situações, recusavam ocupar o lugar de “vítima”, apostando na força de sua mobilização para reivindicar a responsabilização dos agentes violadores e exigir melhorias no sistema de medidas sócio-educativas. A partir de então, os problemas que eram supostamente individuais podem ser percebidos como produção histórica e social.

A mobilização daquelas pessoas diante de suas adversidades evidenciou claramente que elas se recusavam a se considerarem “vítimas”, buscando lutar por seus direitos, politizando o cotidiano. Elas afirmavam que seus direitos e dignidade foram violados, mas não se deixavam aprisionar por rótulos e pré-concepções que individualizavam o sofrimento e a culpa.

O surgimento de espaços de apoio às pessoas afetadas pela violência é um marco político de extrema importância, visto que está diretamente relacionado à união das “vítimas” e seus familiares, junto com diversos movimentos sociais de defesa e promoção dos direitos humanos e intelectuais das universidades (BENEVIDES, RAUTER & PASSOS, 2002). Consideramos que a realização da pesquisa nesses espaços contribuiu para problematizar as experiências de violência em suas verdades instituídas.

Segundo o professor Eduardo Passos (2009), existem diferentes formas explicativas para pensarmos essas experiências na atualidade. Em uma das hipóteses, a violência seria explicada pela ausência ou perda de valores, regras e ideais, e pela falta da lei e da autoridade.

O pressuposto, aqui, é que vivemos um esgarçamento do tecido social e nestes buracos do contrato ou pacto social, gera-se uma violência e/ou alienação. Tal esgarçamento pode ser resolvido pela via da recomposição das regras de sociabilidade, da reintegração dos grupos, da recolocação dos ideais identificatórios (PASSOS, 2009, p. 255).

Mas ele argumenta que, em contraste com essa primeira explicação, outra perspectiva de análise afirma uma hipótese “pessimista” na qual a violência é

pensada, não como falta de regras, mas como produção de formas de relação que se disseminam pela sociedade. Pessimismo que pode ser paralisante ou crítico/ativo (PASSOS, 2009).

O pessimismo paralisante tem como correlatas a indiferença e a intolerância com as diferenças e com os diferentes. É a sensação de que “está tudo dominado”, ou de que Direitos Humanos são apenas para os “humanos direitos”: são as práticas de “tolerância zero”, que pregam o recrudescimento das leis e o aumento da repressão como forma de lidar com a violência.

Já o pessimismo crítico postula que, embora existam modos de sociabilidade violentos, engendrados por extremas desigualdades, eles “resultam da institucionalização da violação dos direitos humanos” (PASSOS, 2009, p. 256). Haveria, então, um processo de “interiorização” da violência em nós mesmos.

Reafirmando o que dissemos em capítulos anteriores, entendemos que problematizar uma experiência é evidenciar seu caráter de produção histórica e social. Isto significa dizer que aquilo que denominamos “vítima” apresenta-se como uma forma circunstancial e provisória, ou seja, não-natural.

Ao invés da apatia e da passividade, aqueles que sofrem direta e indiretamente os efeitos da violência, muitas vezes passam a assumir papel protagonista na luta pela produção de uma cultura de paz, problematizando a individualização do sofrimento e desnaturalizando formas instituídas.

Por fim, gostaríamos fazer nossa a questão levantada por Passos (2009, p. 257), e perguntarmos: “Qual é a nossa implicação nas produções contemporâneas da violência?”

8. Referências Bibliográficas

1. ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
2. ALMEIDA, S. S. Violência e subjetividade. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BARROS, R. D. B. **Clínica e política**: subjetividade e violação dos Direitos Humanos. Instituto Franco Basaglia / Te Corá Ed.: Rio de Janeiro, 2002, p. 45 – 51.
3. ALMEIDA, G. A.; PINHEIRO, P. C. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.
4. ARCOVERDE, M. L. V. **Cotidiano dos familiares vítimas de violência**. Dissertação (Mestrado em Educação em Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Saúde, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2005.
5. BALESTRERI, R. B. **Direitos Humanos, segurança pública e promoção da justiça**. Passo Fundo: Berthier, 2004.
6. BENEVIDES, R. D.; RAUTER, C. PASSOS, E. (orgs.) **Clínica e política**: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro, IFB/Te Cora, 2002.
7. BENEVIDES, R. D. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2007.
8. BITTENCOURT, G. A. M. **História geral e econômica do Espírito Santo**: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

9. BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. (documento on-line). Brasília-DF: 1996. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/dirhum/progdh.asp>. Acesso em: 10/08/2007.
10. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico**. Brasília: 2000.
11. BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos 2**. (documento on-line). Brasília-DF: 2002. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/dirhum/progdh.asp>. Acesso em: 05/09/2007.
12. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Perfil das vítimas e agressores das ocorrências registradas pelas Polícias Civis. Janeiro de 2005 a dezembro de 2005** (documento on-line). Brasília-DF: 2006a. Disponível em: http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/. Acesso em: 10/09/2007.
13. BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Mapa do crime: Análise das ocorrências registradas pela Polícia Civil Janeiro de 2005 a dezembro de 2005** (documento on-line). Brasília-DF: 2006b. Disponível em: http://www.mj.gov.br/senasp/pesquisas_aplicadas/. Acesso em: 10/09/2007.
14. BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema Penitenciário Nacional: Dados consolidados**. Brasília-DF: 2006c.
15. CANDIOTTO, C. Subjetividade e verdade no último Foucault. In: **Trans/Form/Ação**. São Paulo, 2008.
16. CLASTRES, P. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

17. COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas. Niterói/Rio de Janeiro: Intertexto/Oficina do Autor, 2001.
18. COIMBRA, C. M. B. et. al. Intervenção clínica quanto à violação dos Direitos Humanos: por uma prática desnaturalizadora na teoria, na ética, na política. In: BENEVIDES, R. D.; RAUTER, C. PASSOS, E. (orgs.) **Clínica e política**: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro, IFB/Te Cora, 2002.
19. DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279 – 302.
20. DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
21. _____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
22. FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004, 3ª Ed.
23. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
24. _____. **História da sexualidade, v. 2**: o uso dos prazeres. São Paulo: Graal, 1984.
25. _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1986.
26. _____. **História da sexualidade, v. 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
27. _____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 240-249.

28. _____ . **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
29. _____ . **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1999.
30. _____ . **Ditos & Escritos, v. IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
31. _____ . **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
32. _____ . **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
33. GUIMARÃES, E. M. **A chancela do crime**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1978.
34. HOUAISS, A., VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
35. ILANUD. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção ao Delito e Tratamento do Delinqüente. **Pesquisa de vitimização 2002 e avaliação do PIAPS** (documento on-line). São Paulo: USP, 2002. Disponível em:
<http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B16953081-E00F-4735-89CB-F3FD6FA9BD9B%7D&ServiceInstUID=%7BB78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745%7D>
. Acesso em: 15/04/2008.
36. JESUS, Damásio E. de. Ações a próprio risco: a participação da vítima na prática do crime. In: LEAL, César Barros; PIEDADE JÚNIOR, Heitor (orgs.). **Violência e vitimização**: a face sombria do cotidiano. Belo Horizonte: Del Rey, 2001, p. 51-57.

37. JORGE, M. A. S. A violência e o processo de mundialização. In: MOURÃO, J. C. (org.) **Clínica e política 2**: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquar, 2009.
38. KOLKER, T. A tortura e o processo de democratização brasileiro. In: BENEVIDES, R. D.; RAUTER, C. PASSOS, E. (orgs.) **Clínica e política**: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro, IFB/Te Cora, 2002, p. 39-45.
39. LA BOÉTIE, É. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
40. MACHADO, L. A. D. Subjetividades Contemporâneas. In: BARROS, M. E. B. de (Org.). **Psicologia**: questões contemporâneas. Vitória: EDUFES, 1999. p.211- 229.
41. MAGALHÃES, T. C. de. Violência e/ou política. In: PASSOS, I. C. F. (org.) **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 23-40.
42. MAYR, E. Vitimização da terceira idade (alguns aspectos vitimológicos). In: LEAL, César Barros; PIEDADE JÚNIOR, Heitor (orgs.). **Violência e vitimização**: a face sombria do cotidiano. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
43. MELO NETO, J. C. de. **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. José Olympio: 1978.
44. MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.
45. MINAYO, M. C. S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. In: **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (suplemento 1), 1994, p. 07-18.

46. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. SEXTO CONGRESSO DE PREVENÇÃO DO CRIME E TRATAMENTO DOS DELINQUENTES. **Declaração dos Princípios Básicos de Justiça Relativos às Vítimas de Criminalidade e de Abuso de Poder.** Milão: ONU, 1985.
47. PASSOS, E. O Estado violento em nós. In: MOURÃO, J. C. (org.) **Clínica e política 2**: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaquar, 2009.
48. PERALVA, A. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
49. PIEDADE JÚNIOR, Heitor. **Vitimologia**: evolução no tempo e no espaço. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1993.
50. PORTOCARRERO, V. Os limites da vida: da biopolítica aos cuidados de si. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; SOUZA FILHO, A.; VEIGA-NETO, A. (orgs.). **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
51. RODRIGUES, H. B. C. Análise Institucional francesa e transformação social. In: ALTOÉ, S.; RODRIGUES, H. B. C. (orgs.). **SaúdeLoucura n. 8**: Análise Institucional. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 115-164.
52. SENELLART, M. **As artes de governar**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2006.
53. SENNET, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
54. TAVARES, G. M. **Trajetórias de vida de internos do sistema penitenciário capixaba**: um estudo da rede de significações do processo de encarceramento a partir das práticas discursivas. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

55. WAISELFISZ, J. J. **Mortes matadas por armas de fogo**. 2005.
56. _____. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Organização dos Estados Ibero-americanos para educação, a ciência e a cultura – OEI: 2007. Disponível em: <http://www.oei.es/noticias/spip.php?article13>. Acesso em: 15/04/2008.
57. _____. **Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008** (documento on-line). Rede de Informações Tecnológicas Latino-Americana (RITLA), Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça. 2008. Disponível em: http://www.ritla.net/index.php?option=com_content&task=view&lang=es&id=2313 . Visitado em: 15/04/2008.
58. WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
59. WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2006
60. WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. In: **Tempo social**. Revista de Sociologia USP. São Paulo, 1997.